



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003-2025-LIC

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2025 (AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAIS)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA À AQUISIÇÃO, DE FORMA FUTURA E PARCELADA, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS DESTINADOS A SUPRIR NECESSIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA E DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003-2025-LIC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001-2025
REGISTRO DE PREÇOS

PREÂMBULO

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Estado da Bahia, por meio da Superintendência Municipal de Licitação e Contratos Administrativos, sediada na Rua Dr. Vital Soares, nº 268, 1º Andar, Centro, Macaúbas – Bahia, CEP 46.500-000, através do Agente de Contratação, nomeado pelo Decreto Municipal nº 192, de 22 de dezembro de 2023, por determinação da Ordenadora de Despesas, Sr.^a Jacqueline Silva do Bomfim, Secretária Municipal de Saúde, para conhecimento das empresas interessadas que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR DESCONTO** por **LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 035/2023, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 834, de 29 de novembro de 2023, e demais disposições legais aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. O Pregão será realizado em sessão pública *online* por meio de recursos de tecnologia da informação – *internet*, através do site www.licitanet.com.br constante da página eletrônica do Sistema Licitanet.

Data Início de Acolhimento de Propostas: dia **08 / 01 / 2025**, às 8h (horário de Brasília).

Data da Sessão Pública: dia **22 / 01 / 2025**, às 8h30 (horário de Brasília).

Modo de Disputa: Será adotado o modo de disputa **ABERTO**, conforme os critérios definidos no art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

Critério de Julgamento: Maior Desconto por lotes.

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim.

O fornecedor poderá formular consultas por e-mail, informando o número da licitação, através do endereço pregoeiro.marco@gmail.com ou pelo telefone (77) 9 8105-8098, respeitando o prazo legal. Todas as referências de tempo seguirão o horário de Brasília - DF. Uma cópia deste Edital e seus anexos estará disponível a partir da data da publicação de seu resumo no Diário Oficial, no site https://licitanet.com.br/ e no Diário Oficial do Município através dos links: https://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com/diariooficial/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações sobre a licitação podem ser obtidas com o Agente de Contratação e a equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Macaúbas, localizada na Rua Dr. Vital Soares, nº 268, 1º Andar, Centro – Macaúbas – Bahia, CEP 46.500-000.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇO PARA À AQUISIÇÃO, DE FORMA FUTURA E PARCELADA, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS DESTINADOS A SUPRIR NECESSIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA E DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS**, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no **Processo Administrativo nº 003-2025-LIC** e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **LOTES**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O objeto deste edital, caracteriza-se como fornecimento contínuo, nos termos da legislação vigente, especialmente conforme disposto no art. 6º, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

- 1.4. Em virtude de seu caráter contínuo, a execução contratual estará sujeita às seguintes condições:
 - 1.4.1. Prorrogação do contrato, nos termos previstos em lei, pelo prazo de até 10 (dez) anos, caso haja interesse da Administração e comprovação de vantagem econômica, conforme art. 107, da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.4.2. O planejamento orçamentário e a execução do contrato deverão observar os princípios da eficiência e da economicidade, garantindo a continuidade do fornecimento com a adequada alocação de recursos;
 - 1.4.3. A fiscalização continuada pela Administração Pública será realizada de forma a assegurar a qualidade do fornecimento ao longo da vigência contratual, mediante acompanhamento regular da execução, observando-se as disposições contratuais e legais pertinentes.
- 1.5. O critério de julgamento adotado será o de **Maior Desconto** percentual, que incidirá linearmente (mesmo “%”) em todos os preços unitários dos itens constantes da planilha do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA EFICIÊNCIA PÚBLICA

- 2.1. Este processo licitatório tem por objetivos:
 - 2.1.1. Promover a adequada e eficiente contratação, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, considerando todo o ciclo de vida do objeto;
 - 2.1.2. Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
 - 2.1.3. Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
 - 2.1.4. Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;
 - 2.1.5. A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.
- 2.2. Na realização deste processo, deverão ser observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.
- 4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 4.3.1. A não observância do disposto no item acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

- 4.4. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.
- 4.5. Será concedido tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 4.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - 4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, [conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);
 - 4.6.11. Sociedades cooperativas.
- 4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.10. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13. Neste processo licitatório, será concedido margem de preferência de até 10% (dez por cento) da melhor proposta válida para efetivar a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no âmbito local ou regional:

4.13.1. A margem de preferência não autoriza a contratação por preço acima da média de mercado, apurada na pesquisa de preço da fase preliminar à deflagração do processo de licitação;

4.13.2. O direito da margem de preferência somente será concedido nas hipóteses de licitações exclusivas e nas disputas das cotas reservadas.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, nos termos do [art. 164, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Macaúbas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail: pregoeiro.marco@gmail.com.

5.4. Compete à empresa interessada fazer um minucioso exame do edital, seus anexos e documentação correspondente, de modo a poder apresentar, por escrito, todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimentos, conforme disposição elencada no art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal intransferível, obtida no site da plataforma de licitações: www.licitanet.com.br.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal de Macaúbas, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

7.2. Os licitantes informaram, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

7.3.1. Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.3.2. Se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte e que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), quando couber;

7.3.3. Tem o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

7.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.5. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

7.3.6. Se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema;

7.3.7. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

7.3.8. Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são válidas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

7.3.9. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.3.10. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º](#) e no [inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

7.3.11. A proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

7.3.12. A empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

7.4. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas neste Edital e seus anexos.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.7. As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

7.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.9.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá informar sua proposta mediante o preenchimento, na proposta anexada, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor do desconto (%);

8.1.2. Valor unitário e valor total do item;

8.1.3. Marca;

8.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar os quantitativos anunciados na planilha orçamentária licitada.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4. Em caso de identificação da licitante na proposta preenchida diretamente no sistema, esta será **DECLASSIFICADA** pelo Agente de Contratação.

8.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6. Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.7. Independentemente do percentual de imposto inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

8.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

8.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.13. Poderão ser admitidos, pelo Agente de Contratação, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração, e que sua correção não acarrete majoração no preço ofertado.

8.14. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8.15. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

9.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

9.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

9.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

9.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.5. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. **Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.**

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

10.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5. O critério de julgamento adotado é o **MAIOR DESCONTO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.6. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto referente ao valor global do lote.

10.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

10.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.12.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

10.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.12.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

10.12.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.12.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.13. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração de que trata o item 7.3.2. deste Edital.

11.2. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

11.2.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

11.2.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

11.2.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

11.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.3. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.3.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

11.3.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.3.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.3.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.3.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.3.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;

11.3.2.2. Empresas brasileiras;

11.3.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.3.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.6. deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

12.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

12.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5. e 7.3.2. deste edital.

12.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

12.6. Será **DECLASSIFICADA** a proposta vencedora que:

12.6.1. Contiver vícios insanáveis;

12.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, inclusive no que tange aos valores unitários dos itens;

12.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

12.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.7.1.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta:

12.9.1. Na licitação por preço global do lote, será avaliada a precificação e valoração dos itens por unidade, a fim de prevenir a prática do “jogo de planilha”.

12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação:

12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

12.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme a Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º, para:

13.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo de **02h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

13.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

13.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do [art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

13.9. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.10. Recomenda-se que os documentos relativos à habilitação devam ser apresentados de forma legível, numerados em ordem sequencial, conforme as seguintes disposições:

13.10.1. Habilitação jurídica:

13.10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

13.10.1.2. Ato constitutivo – Estatuto ou Contrato Social – e alterações em vigor, devidamente registrados e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

13.10.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

13.10.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

13.10.1.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

13.10.1.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.10.1.7. Certidão simplificada atualizada da Junta Comercial;

13.10.1.8. Documentos de identificação dos sócios ou da diretoria em exercício.

13.10.1.8.1. Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

13.10.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.10.2. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

~~**13.10.2.1.** Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;~~

~~**13.10.2.2.** Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021](#);~~

~~**13.10.2.3.** Indicação de pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;~~

~~**13.10.2.4.** Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;~~

~~**13.10.2.5.** Registro ou inscrição na entidade competente, quando for o caso;~~

13.10.2.6. Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

13.10.2.6.1. Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto e o período da contratação;

13.10.2.6.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

13.10.2.7. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) proponente, emitida pelo órgão competente da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA) e prova da sua vigência mediante publicação no Diário Oficial da União.

13.10.2.8. Autorização Especial (AE) para comercialização de medicamentos sujeitos à controle especial, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), apenas para os licitantes que concorrerem aos medicamentos controlados descritos nos lotes 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28.

13.10.2.9. Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, para medicamentos comuns e controlados.

13.10.2.10. **Alvará Sanitário** emitido pela Vigilância Sanitária Municipal/Estadual.

13.10.2.11. Alvará de Localização e Funcionamento da sede da empresa (vigente).

13.10.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

13.10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

13.10.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

13.10.3.2.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipal relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.10.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administradas, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

13.10.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante;

13.10.3.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante;

13.10.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

13.10.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

13.10.4. Habilitação econômico-financeira:

13.10.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão.

13.10.4.1.1. No caso de sociedade civil não registrada na Junta Comercial, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Execução Patrimonial da sede ou domicílio da Licitante.

13.10.4.2. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS (documentos essenciais - termo de abertura, termo de encerramento, balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do exercício - DRE), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos termos do [art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.10.4.2.1. A comprovação de que trata o inciso acima, poderá ser feita através de cópias de referências do livro diário (número do livro, termo de abertura e encerramento), inclusive cópias autenticadas das folhas onde constem o balanço patrimonial e demonstrativos contábeis extraídos deste Livro, com evidência e registro na Junta Comercial ou publicação na imprensa, de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, devidamente assinados pelo seu titular ou representante legal e pelo contador;

13.10.4.2.2. Se necessária a atualização do Balanço e do capital social, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

13.10.4.2.3. Os documentos referidos no item 13.10.4.2. deste edital limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.10.4.2.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.10.4.3. As fórmulas em apreço deverão ser apresentadas em memorial de cálculos, devidamente assinadas pelo representante da empresa e pelo contador.

13.10.4.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

13.10.4.5. NÃO será exigido o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do Microempreendedor Individual, com fundamento no [art. 68 da Lei Complementar nº 123 de 2006](#), que considera aquele, pequeno empresário, em conjunto com o disposto no [§ 2º do art. 1.179 do Código Civil](#) que dispensa a elaboração dos citados documentos.

13.11. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

13.12. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital e transcorrida a fase de análise da documentação, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

13.13. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

13.14. As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

13.15. O licitante vencedor que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos ou apresentar documento com prazo expirado, será julgado inabilitado.

13.16. Se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

14.1.1. A proposta deverá seguir o modelo do edital, contendo o valor unitário, total e o desconto linear aplicável a todos os itens do lote, assinada pelo licitante ou representante legal;

14.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

14.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

14.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

14.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, de acordo com o [art. 12, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.1.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

14.1.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

14.1.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.2. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**;

15.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do [art. 168, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, disponíveis na Superintendência Municipal de Licitação e Contratos Administrativos, localizada na Rua Doutor Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, Macaúbas - Bahia.

16. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

16.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

16.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

16.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

16.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.2. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

17.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **2 (dois) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

17.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, no site do órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será pelo período de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos no [art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021](#):

17.6.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, as quantidades poderão ser renovadas, nos termos do § 1º do art. 48 do Decreto Municipal nº 035, de 09 de março de 2023.

17.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.8. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.9. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos seguintes termos:

17.9.1. O reajustamento será realizado com base no índice específico de correção monetária **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, adotado como parâmetro, considerando a variação acumulada no período compreendido entre a data-base estabelecida no orçamento estimado pela Administração e a data da solicitação de reajuste;

17.9.2. O reajustamento será aplicável apenas após decorrido o período mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data-base estabelecida no orçamento estimado pela Administração ou do último reajuste realizado;

17.9.3. A solicitação de reajuste deverá ser formalmente apresentada pela parte interessada, observando o seguinte:

17.9.3.1. O pedido deverá conter demonstrativo analítico dos valores;

17.9.3.2. Deverá ser apresentada documentação que comprove a variação do índice de correção monetária adotado;

17.9.3.3. O requerimento deve ser realizado dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços para evitar a preclusão lógica do direito ao reajuste.

17.9.4. O reajustamento será efetivado somente após análise e aprovação do órgão gerenciador, com a devida publicação do respectivo termo de apostilamento no Diário Oficial do Município.

17.10. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior o preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

17.10.1. Convocar o detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

17.10.2. Frustrada a negociação, o detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;

17.10.3. Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

- 17.10.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 17.10.5.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 17.11.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o detentor da Ata, mediante requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:
- 17.11.1.** Liberar o detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- 17.11.2.** Convocar os demais detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;
- 17.11.3.** Não havendo êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 17.12.** O detentor da Ata terá seu registro cancelado quando:
- 17.12.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- 17.12.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 17.12.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 3º do art. 49 do Decreto Municipal nº 035, de 09 de março de 2023;
- 17.12.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 17.12.5.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.
- 17.13.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 17.13.1.** Por razão de interesse público;
- 17.13.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- 17.13.3.** Se as negociações não forem exitosas, conforme o previsto no inciso IV do § 2º do art. 49 do Decreto Municipal nº 035, de 09 de março de 2023.

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 18.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão manifestar-se no próprio sistema quanto ao interesse de participar do cadastro de reserva, reduzindo, ainda, seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado e anexando proposta readequada ao sistema.
- 18.2.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 18.2.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 18.2.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 18.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 18.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
- 18.3.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

18.3.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitarem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

18.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

18.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

18.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.5.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

18.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DA GARANTIA

19.1. Não haverá exigência de garantia, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#).

20. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos [arts. 115 a 123 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

20.2. Para a formalização do contrato, será obrigatória a comprovação da disponibilidade de créditos orçamentários suficientes para fazer face às despesas decorrentes da contratação pretendida, em observância ao disposto no art. 15, art. 16, § 4º, inciso I, e art. 37, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000.

20.3. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

20.4. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores, convocará os interessados para, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

20.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida para o endereço de e-mail: setordecontratos@macaubas.ba.gov.br, no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do envio do e-mail.

20.6. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, apresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

20.7. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

20.8. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

21. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência, na minuta da Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

22. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

22.1. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização, de acordo com as informações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

22.1.1. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas neste Edital, bem como nas sanções elencadas na Lei nº 14.133, de abril de 2021.

22.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços ou do Termo de Contrato será exercida por servidor(a) da Prefeitura Municipal de Macaúbas, especificamente designado(a) Fiscal Técnico, mediante Portaria Municipal, de acordo com o [Decreto Municipal nº 012, de 26 de janeiro de 2023](#).

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo Fiscal do Contrato. A Nota Fiscal deverá conter no mínimo os seguintes dados:

23.1.1. Data da emissão;

23.1.2. Endereçada ao órgão solicitante;

23.1.3. Quantidade fornecida;

23.1.4. Especificação dos produtos;

23.1.5. Preço unitário e total da fatura.

23.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

23.3. A liquidação e o pagamento dos valores pactuados serão realizados pela Contratante, considerando o prazo a partir do atesto, pelo Fiscal do Contrato, das Notas Fiscais correspondentes, mediante a efetiva satisfação do objeto contratual. O prazo de que trata este item limitar-se-á:

23.3.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal; e

23.3.2. 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

23.4. Os valores deverão ser pagos mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, obedecendo aos critérios da legislação vigente.

23.4.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.5. A liquidação das despesas obedecerá ao disposto no [art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64](#), c/c [art. 141 da Lei 14.133/21](#).

24. DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

24.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

24.1.1. Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep, na forma da [Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023](#), conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

24.1.2. Da Contribuição Previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

24.1.3. Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

24.2. A Contratada, deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação.

24.3. A Contratada, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente ao fornecimento executado, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

24.4. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR ou de uma ou mais contribuições de que trata a [Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023](#), devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

24.5. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

25. DO VALOR DA LICITAÇÃO

25.1. O valor estimado total para a contratação de que trata o objeto deste pregão é de **R\$ 15.530.064,95 (quinze milhões, quinhentos e trinta mil, sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)**, conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente Pregão Eletrônico serão de acordo com os quantitativos efetivamente contratados. Serão usadas dotações do orçamento de 2025 ou bem como dotações dos anos subsequentes se necessário.

26.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

26.3. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto do contrato ficarão por indicação do setor contábil, no momento da contratação.

27. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, nos termos do [art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas seguintes infrações:

27.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

27.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

27.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

27.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

27.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

27.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

27.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

27.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

27.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

27.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

27.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

27.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

27.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as sanções administrativas previstas no [art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

27.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

prejuízo de outras medidas cabíveis.

27.4. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

27.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

27.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

27.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

27.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

27.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

27.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

27.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

27.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

27.9.4. Os danos que dela provierem para a Contratante;

27.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

27.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

27.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

27.12. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

27.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação da forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

27.14. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, quando for o caso.

27.15. A autoridade competente para aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta da Contratada infratora, o caráter educativo da sanção, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

27.15.1. A aplicação das sanções administrativas previstas neste item não afasta a responsabilidade da Contratada nas esferas cível e criminal.

27.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

28. DA PUBLICAÇÃO

28.1. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do seu inteiro teor e dos anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

28.1.1. Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

28.2. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Macaúbas, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado este Edital e seus anexos.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

29.1.1. Republicar o presente Edital com uma nova data.

29.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, podendo ser revogada, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

29.3. O Agente de Contratação e a equipe de apoio que atuarão neste Pregão Eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

29.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.5. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança jurídica.

29.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

29.7. Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Agente de Contratação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

29.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Agente de Contratação.

29.9. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

29.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.11. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min.

29.12. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, atualizadas, subsidiariamente e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

29.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.14. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

29.15. Fica eleito o Foro da Comarca de Macaúbas - BA, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar, para dirimir-se eventuais litígios oriundos do presente Edital.

30. DOS ANEXOS DESTE EDITAL

30.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

30.1.1. Anexo I - Termo de Referência;

30.1.2. Anexo II - Modelo de Proposta Final + Planilhas Orçamentárias;

30.1.3. Anexo III - Modelo de Declaração Negativa de Vínculo com o Serviço Público;

30.1.4. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;

30.1.5. Anexo V - Minuta do Contrato.

Macaúbas – Bahia, 07 de janeiro de 2025.

JACQUELINE SILVA DO BOMFIM

Secretária Municipal de Saúde

Decreto Municipal nº 173/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 034/2024

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto descrever a demanda para à **aquisição, de forma futura e parcelada, de MEDICAMENTOS E CORRELATOS destinados a suprir necessidades da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade do município de Macaúbas**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

2.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, combinados com os Decretos Municipais nº 035/2023 de 09 de março de 2023; nº 338/2021, de 23 de dezembro de 2021 e, da Lei Municipal nº 834/2023, de 29 de novembro de 2023 e suas alterações.

2.1.1. No referido processo os valores totais dos Lotes acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **será reservado cota de até 25%** (vinte e cinco por cento) do item/lote, para participação exclusiva ME/EPP, conforme art. 48, da Lei Complementar nº 123/06 e do art. 15, da Lei Municipal nº 834/23.

3. DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO:

3.1. Conforme analisado pela equipe de Planejamento, o processo será utilizado o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços - SRP, com fundamentos do CAPÍTULO XVIII do Decreto Municipal de nº 035/2023 e CAPÍTULO XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente no Art. 82.

3.2. A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de contratação de empresa para aquisição de bens, que terá previsão de execução parceladas de acordo com as necessidades apresentadas em cada secretaria, ou seja, os bens serão solicitados de forma paulatina e mediante a necessidade, dessa forma a adoção do Sistema de Registro de preço apresenta a opção que atende aos interesses públicos além de não comprometer o orçamento de forma antecipada já que o que há é uma projeção estimada da necessidade. Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, a administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, resguardando os recursos orçamentários e financeiros. A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ainda ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos.

3.3. A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se ainda pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de fornecimento parceladas, solicitadas de acordo com a demanda do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA CLASSIFICAÇÃO POR LOTE:

4.1. Conforme item 12. do ETP (Estudo Técnico Preliminar), o processo será julgado POR LOTE:

“12.1 Trata-se de contratação de fornecimento com grande quantidade de itens, sendo realizado o agrupamento de itens afins com o objetivo de facilitar a organização e reconhecimento dos materiais pelos participantes do processo licitatório.

12.2 Nos termos do art. 47, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

12.3. Recomenda-se a reunião em grupo, considerando as características do objeto a ser licitado, os itens foram agrupados em lotes, a fim de buscar economia de escala e facilidade na gestão do contrato e nas entregas, visto que os itens que compõe o mesmo lote são semelhantes e fornecidos em sua integralidade pelas empresas do ramo comercial (inexistindo limitação de competitividade). Desta forma, a Administração busca atrair mais interessados em participar, tendo em vista, que os itens de forma isolada podem não atrair interessados face aos valores individuais serem ínfimos. Ademais, há que se manter a compatibilidade das especificações



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

técnicas e de desempenho entre itens, de maneira uniforme, observadas as condições de atendimento à legislação e garantia oferecidas.

12.4. Outro fator a considerar é os pós licitação. Não são raros os casos de a Administração, licitado o item e assinada a ata de registro de preços, solicitar a entrega de materiais em volume e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

12.5. Considerando tudo que foi consignado neste Estudo Técnico Preliminar a presente aquisição será agrupada em LOTES, portanto a adjudicação da referida licitação será POR LOTES”.

4.2. Considerando ainda as características do objeto a ser licitado, os itens foram agrupados em lotes, a fim de buscar economia de escala e facilidade na gestão do contrato e nas entregas, visto que os itens que compõe o mesmo lote são semelhantes e fornecidos em sua integralidade pelas empresas do ramo comercial (inexistindo limitação de competitividade). Desta forma, a Administração busca atrair mais interessados em participar, tendo em vista, que os itens de forma isolada podem não atrair interessados face aos valores individuais serem ínfimos.

4.3. Os itens serão licitados por grupos. A regra geral é que as licitações sejam realizadas com critério de julgamento por item, a fim de preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa. Nessa esteira, a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União - TCU determina que:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

4.4. O próprio TCU disponibiliza em seu sítio eletrônico uma página dedicada a orientações para as aquisições públicas, denominada “Riscos e Controles nas Aquisições” (<https://www.tcu.gov.br/arquivosrca/>). Especificamente no tópico Justificativas para o parcelamento ou não da solução”, o TCU aponta o seguinte risco:

“Não parcelar solução cujo parcelamento é viável, levando a diminuição da competição nas licitações por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados”. E recomenda, para este caso, que “A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas: 1) É tecnicamente viável dividir a solução?; 2) É economicamente viável dividir a solução?; 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?; 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?”.

4.5. Ainda no mesmo tópico, em sentido diferente, aquela Corte de Contas prevê o risco de “Parcelar solução cujo parcelamento é inviável, levando a contratações por inexigibilidade ou a licitações com poucos fornecedores, com consequente aumento dos valores contratados em comparação à compra conjunta da solução”, devendo a equipe de planejamento da contratação avaliar o parcelamento ou não do objeto de modo a evitar o risco supracitado.

4.6. Para o presente processo, verifica-se, em resposta às questões sobre o risco do não parcelamento, que é possível dividir a solução. Também não se pode asseverar que haverá perda de escala com a divisão. Cabe, entretanto, ponderar que a divisão da solução ou antes a contratação por itens em vez de lotes se mostra economicamente menos atrativa ao mercado



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

fornecedor, redundando em menor competitividade, o que não responde positivamente a duas das quatro questões sobre o parcelamento da solução.

4.7. Outro fator a considerar é o pós licitação. Não são raros os casos de a Administração, licitado o item e assinada a ata de registro de preços, solicitar a entrega de materiais em volume e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à contratação dos serviços. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

4.8. Ressalta-se que a formação dos grupos se baseou na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.

4.9. O fracionamento em itens é a regra geral das contratações públicas sempre que assim for tecnicamente viável, a fim de se aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes. Todavia, no presente caso, identifica-se a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades, ressalva que os itens foram agrupados em Lote, sendo reservado cotas com até 25% do total do Lote para empresas classificadas como ME/EPP, cumprindo a Lei Municipal de nº 834/2023. O agrupamento desses itens em lotes poderá ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação futura; possibilitar maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes em razão de maior volume de negócios; poderá ainda diminuir as chances de desinteresse dos licitantes por itens não tão atrativos por conta de baixo valor. A diminuição do número de atas (fornecedores), reduz também as possibilidades de entregas realizadas de forma assíncrona, o que prejudicaria o andamento das ações necessária.

4.10. Por fim, verifica-se que as justificativas aqui apresentadas, demonstram satisfatoriamente as motivações para o agrupamento dos itens, quais sejam: a) compatibilidade técnica dos itens agrupados; b) ampliação do número de interessados na licitação; c) contratação mais vantajosa pelo menor preço; e d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores etc.).

5. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Considerando que de acordo com o Art. 196, da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

5.2. São aquisições para suprir toda a necessidade para realizar com eficácia a saúde do município, com medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar, que são imprescindíveis para realização dos procedimentos na qual são ofertados pelas unidades de saúde, pelo Hospital Municipal, Pelos Postos de Saúde, para distribuição na Farmácia Básica e demais órgãos da saúde pertencentes ao município, buscando com o suporte adequado ao atendimento da população, garantindo continuidade e eficácia do atendimento, uma vez que, a falta desses medicamentos poderá causar danos irreparáveis à saúde da população assistida.

5.3. Trata-se de medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar que atenderão as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Macaúbas, solicitados de acordo com a estimativa média de consumo dos estabelecimentos de saúde desta secretaria. Tal contratação é de extrema relevância para as unidades integrantes da Secretaria Municipal de Saúde, agregando maior valor ao SUS municipal e região, descritos na planilha que segue em anexo, aperfeiçoando a saúde pública do Município e assegurando o regular funcionamento das Unidades de Saúde beneficiárias, dando continuidade aos serviços ofertados à população.

5.4. Os medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar relacionados correspondem a componentes variados da Assistência Farmacêutica, quais sejam:

5.4.1. Componente Básico da Assistência Farmacêutica, constituído por uma relação de medicamentos voltados aos principais agravos e programas de saúde da Atenção Básica.

5.4.2. Medicamentos de Urgência e Emergência, constituído pelos itens de uso hospitalar que atendem a média e alta complexidade.

5.4.3. Medicamentos sujeitos a controle especial, destinados a atender as demandas do Caps.

5.4.4. Medicamentos para atender as demandas oriundas de Decisões Judiciais.

5.5. Os serviços farmacêuticos na atenção primária buscam garantir a atenção integral, contínua e compatível com as demandas em saúde de uma população, tendo os medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar como um dos elementos essenciais. Como parte do direito constitucional à saúde, os serviços farmacêuticos no Sistema Único de Saúde (SUS) compreendem as atividades administrativas para garantir a disponibilidade adequada de medicamentos, sua qualidade e conservação, além dos serviços assistenciais, com foco na efetividade e segurança da terapêutica.

5.6. O acesso a medicamentos essenciais garantido à população compõe um dos oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, portanto, um dos pilares da formulação e implementação de políticas nacionais de saúde. Apesar de ser um componente fundamental do direito à saúde, o acesso a medicamentos essenciais para prevenir e tratar doenças de alta prevalência, como as cardiovasculares, respiratórias crônicas e diabetes.

5.7. Nos medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar de Uso Hospitalar que possuem descrição específica em uma tabela do Ministério da Saúde, esses medicamentos são financiados no âmbito da Atenção de Média e Alta Complexidade, que funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana, visando acolher e atender a todos os usuários que buscam assistência médica. Quando um paciente chega a uma unidade hospitalar, os médicos prestam socorro, controlam o problema e detalham o diagnóstico através de exames e medicamentos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

5.8. Dentro da Unidade do Hospital Antenor Alves da Silva e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 h) existem a farmácia hospitalar, é atualmente uma unidade do hospital que tem, dentre outros objetivos garantir o uso seguro e racional dos medicamentos prescritos e responder à demanda de medicamentos dos pacientes hospitalizados.

5.9. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades de saúde que têm como objetivo acolher os pacientes com transtornos mentais, apoiando-os na busca da autonomia e da integração social e familiar. Os medicamentos podem ser usados na prevenção, no diagnóstico, no tratamento de doenças e, também, no controle de sinais/sintomas, como dor, por exemplo. A utilização dos medicamentos deve ser sempre feita com orientação de um profissional de saúde especializado, já que o uso incorreto pode trazer sérios danos à saúde dos pacientes.

5.10. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 é gerido pela Secretaria Municipal de Saúde e tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo a morte. Trata-se de um serviço pré-hospitalar, que visa conectar as vítimas aos recursos que elas necessitam e com a maior brevidade possível, ter medicamentos disponíveis representa a diferença entre a vida e a morte e melhora o prognóstico dos pacientes que estão em risco de morte.

5.11. A importância e o volume dos serviços prestados pelo setor público de saúde são indiscutíveis, portanto, a aquisição parcelada de medicamentos de uso comum soros e correlatos, sujeitos a controle especial, antibióticos, hipertensivos, insumos para diabetes, contraceptivos, antitérmicos, anti-helmínticos, os quais constituem, ao lado de uma série de outros, fator de extrema importância para a qualidade de vida da população.

5.12. Considerando que a aquisição dos medicamentos visa manter a comodidade e melhor atendimento da população diante do grande fluxo de atendimentos. A Secretaria de Saúde tem o objetivo de estruturar a farmácia da Secretaria de Saúde a partir da aquisição de medicamentos a fim de suprir as necessidades do setor e prestar melhores serviços de atendimento à população.

5.13. Considerando que as aquisições dos medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar destinam-se a farmácia da Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos e setores da saúde do município, onde oportunizarão uma reestruturação e melhoria dos trabalhos realizados pelo Sistema de Saúde deste Município, garantindo conforto e segurança à população usuária do Sistema Único de Saúde - SUS, durante a assistência à saúde. Devido ao crescimento da demanda por serviços na área da saúde nos últimos anos, o município vem buscando a melhoria constante do atendimento ofertado aos pacientes e usuários do Sistema de Saúde.

5.14. Considerando que os medicamentos constantes na REMUME - Relação de Medicamentos Municipais, distribuídos de forma gratuita através da Farmácia de Todos, medicamentos utilizados nos atendimentos de atenção básica realizados nas Unidades Básicas de Saúde, nos atendimentos de urgência e emergência.

5.15. Considerando que os medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar são insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento, o que afeta a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde como um todo.

5.16. Além disso, a Lei nº 8.080/1990 preconiza a descentralização das ações e serviços de saúde, conferindo autonomia aos municípios na gestão de seus sistemas de saúde. Nesse contexto, a aquisição dos referidos materiais é essencial para fortalecer a capacidade das Unidades Básicas de Saúde de Macaúbas/BA, promovendo a autonomia local na oferta de serviços de qualidade, em conformidade com as diretrizes.

5.17. Considerando o interesse público, tendo em vista a necessidade da aquisição dos medicamentos para garantia do atendimento e a continuidade dos serviços de saúde prestados à população, usuária do Sistema Único de Saúde. Ademais, a saúde é serviço essencial no ordenamento jurídico brasileiro, "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." Assim preleciona o artigo 196, caput, da Constituição Federal. A prestação do serviço de saúde, tanto pública quanto privada está prevista como essencial no artigo 10, II da Lei nº 7.783/89, o que também lhe força a manter a continuidade do serviço, sob pena de implicar prejuízos ao bem maior que é a vida, também assegurada constitucionalmente.

5.18. Portanto, a justificativa para a demanda/necessidade de medicamentos, insumos e materiais penso de uso hospitalar encontra respaldo na legislação vigente, assegurando a adequação às normativas que regem o sistema de saúde brasileiro e reforçando o compromisso com a melhoria das condições de atendimento e cuidado à população do Município de Macaúbas/BA.

6. DOS LOTES, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADE E PREÇO DE REFERÊNCIA:

LOTE 01 - ANTIBIÓTICOS (FARMÁCIA BÁSICA)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ACIDO ZOLEDRONICO 4MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL, 5ML	437	FRASCO		54,66	23.886,42
02	AMOXICILINA 250MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO 50ML	625	FRASCO		7,96	4.975,00
03	AMOXICILINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	25.000	COMPRIMIDO		0,43	10.750,00
04	AMOXICILINA 1000MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 200MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	2.000	FRASCO		9,73	19.460,00
05	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		2,81	7.025,00
06	AMOXICILINA 50MG/ML + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 12,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO 75ML	125	FRASCO		33,06	4.132,50
07	AMOXICILINA 80MG/ML + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 11,4MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO 70ML	625	FRASCO		20,63	12.893,75
08	AZITROMICINA DI-HIDRATADA IV 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	450	FRASCO		20,10	9.045,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

09	AZITROMICINA 40MG/ML - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, 15ML + 9,2ML DE DILUENTE	500	FRASCO	657,83	328.915,00
10	AZITROMICINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDOS	7.500	COMPRIMIDO	1,32	9.900,00
11	BENZILPENICILINA BENZATINA 5.000.000UI - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	1.250	FRASCO	12,70	15.875,00
12	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, 4ML	2.375	FRASCO	11,37	27.003,75
13	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.000.000UI - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	750	FRASCO	11,47	8.602,50
14	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, 4ML	1.000	FRASCO	9,62	9.620,00
15	BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 100.000UI - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, 4ML	625	FRASCO	9,22	5.762,50
16	CEFUROXIMA 750MG - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	3.000	FRASCO	7,74	23.220,00
17	CEFALEXINA 250MG/5ML - RESERVADO ME/EPP	PÓ SUSPENSÃO ORAL, 60ML	500	FRASCO	13,37	6.685,00
18	CEFALEXINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULAS	5.000	COMPRIMIDO	0,82	4.100,00
19	CIPROFLOXACINO 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDOS	6.250	COMPRIMIDO	0,47	2.937,50
20	CEFTRIAXONA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	4.125	FRASCO	8,32	34.320,00
21	CEFTRIAXONA IV 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.000	FRASCO	7,02	7.020,00
22	ERITROMICINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	625	COMPRIMIDO	2,32	1.450,00
23	GENTAMICINA SULFATO 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	COLÍRIO, 5ML	137	FRASCO	10,27	1.406,99
24	SULFADIAZINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO	0,45	562,50
25	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETROPINA 80MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	5.000	COMPRIMIDO	0,28	1.400,00
26	SULFAMETOXAZOL 800MG + TRIMETROPINA 160MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	8.750	COMPRIMIDO	0,36	3.150,00
27	SULFAMETOXAZOL 80MG/ML + TRIMETROPINA 16MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL, 5ML	3.750	FRASCO	3,72	13.950,00
28	SULFAMETOXAZOL 40MG + TRIMETROPINA 8MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO ORAL, 50ML	125	FRASCO	4,36	545,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						598.593,41

**LOTE 02 - ANTIBIÓTICOS (FARMÁCIA BÁSICA)
PARTICIPAÇÃO AMPLA**

QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO	
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
01	ACIDO ZOLEDRONICO 4MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL, 5ML	1.313	FRASCO		54,66
02	AMOXICILINA 250MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO 50ML	1.875	FRASCO		7,96
03	AMOXICILINA 500MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	75.000	COMPRIMIDO		0,43
04	AMOXICILINA 1000MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 200MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	6.000	FRASCO		9,73
05	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		2,81
06	AMOXICILINA 50MG/ML + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 12,5MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO 75ML	375	FRASCO		33,06
07	AMOXICILINA 80MG/ML + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 11,4MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO 70ML	1.875	FRASCO		20,63
08	AZITROMICINA DI-HIDRATADA IV 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.350	FRASCO		20,10
09	AZITROMICINA 40MG/ML - COTA AMPLA	PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, 15ML + 9,2ML DE DILUENTE	1.500	FRASCO		657,83
10	AZITROMICINA 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDOS	22.500	COMPRIMIDO		1,32
11	BENZILPENICILINA BENZATINA 5.000.000UI - COTA AMPLA	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	3.750	FRASCO		12,70
12	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI - COTA AMPLA	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, 4ML	7.125	FRASCO		11,37
13	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.000.000UI - COTA AMPLA	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	2.250	FRASCO		11,47
14	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI - COTA AMPLA	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, 4ML	3.000	FRASCO		9,62
15	BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 100.000UI - COTA AMPLA	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, 4ML	1.875	FRASCO		9,22
16	CEFUROXIMA 750MG - COTA AMPLA	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	9.000	FRASCO		7,74
17	CEFALEXINA 250MG/5ML - COTA AMPLA	PÓ SUSPENSÃO ORAL, 60ML	1.500	FRASCO		13,37
18	CEFALEXINA 500MG - COTA AMPLA	CÁPSULAS	15.000	COMPRIMIDO		0,82
19	CIPROFLOXACINO 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDOS	18.750	COMPRIMIDO		0,47
20	CEFTRIAXONA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	12.375	FRASCO		8,32
21	CEFTRIAXONA IV 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.000	FRASCO		7,02
22	ERITROMICINA 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.875	COMPRIMIDO		2,32
23	GENTAMICINA SULFATO 5MG/ML - COTA AMPLA	COLÍRIO, 5ML	413	FRASCO		10,27
24	SULFADIAZINA 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,45
25	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETROPINA 80MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		0,28
26	SULFAMETOXAZOL 800MG + TRIMETROPINA 160MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	26.250	COMPRIMIDO		0,36
27	SULFAMETOXAZOL 80MG/ML + TRIMETROPINA 16MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL, 5ML	11.250	FRASCO		3,72
28	SULFAMETOXAZOL 40MG + TRIMETROPINA 8MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO ORAL, 50ML	375	FRASCO		4,36
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						1.795.910,09

**LOTE 03 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL/HIPERTENSÃO (FARMÁCIA BÁSICA)
COTA RESERVADA ME/EPP**

QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO	
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
01	ANLIDIPINO, BESILATO 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	12.500	COMPRIMIDO		0,15
02	ANLIDIPINO, BESILATO 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	43.750	COMPRIMIDO		0,11
03	ATENOLOL 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	25.000	COMPRIMIDO		0,16
04	ATENOLOL 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,11
05	ATENOLOL 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	125.000	COMPRIMIDO		0,08
06	CAPTAPRIL 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	100.000	COMPRIMIDO		0,10
07	CAPTAPRIL 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,07
08	CARVEDILOL 12,5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,25
09	CARVEDILOL 3,125MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.875	COMPRIMIDO		0,16
10	CARVEDILOL 6,25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.875	COMPRIMIDO		0,18
11	CARVEDILOL 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,33
12	CELECOXIBE 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	8.750	COMPRIMIDO		3,22
13	DIGOXINA 0,25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,43
14	ESPIRONOLACTONA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	25.000	COMPRIMIDO		0,28
15	ESPIRONOLACTONA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	30.000	COMPRIMIDO		0,42
16	ESPIRONOLACTONA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,85
17	ISOSSORBIDA DINITRATO 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	11.250	COMPRIMIDO		0,27
18	ISOSSORBIDA DINITRATO 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,32
19	ISOSSORBIDA DINITRATO 40MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,41
20	ISOSSORBIDA DINITRATO SUBLINGUAL 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,51
21	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	100.000	COMPRIMIDO		0,12
22	LOSARTANA POTÁSSICA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,36
23	METILDOPA 250MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,75
24	METILDOPA 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		1,12
25	ENALAPRIL 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,10
26	ENALAPRIL 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	62.500	COMPRIMIDO		0,15
27	ENALAPRIL 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	25.000	COMPRIMIDO		0,25
28	FUROSEMIDA 40MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	25.000	COMPRIMIDO		0,11
29	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	100.000	COMPRIMIDO		0,07
30	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	87.500	COMPRIMIDO		0,11
31	HIDRALAZINA CLORIDRATO 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.000	COMPRIMIDO		0,43
32	HIDRALAZINA CLORIDRATO 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.000	COMPRIMIDO		0,69
33	METOPROLOL 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	1.250	COMPRIMIDO		1,06
34	METOPROLOL 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	2.500	COMPRIMIDO		0,53
35	METOPROLOL 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	2.500	COMPRIMIDO		0,63
36	METOPROLOL TARTARATO 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	1.250	COMPRIMIDO		0,71

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

37	NIFEDIPINO 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,27	1.687,50
38	PROPRANOLOL 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	70.000	COMPRIMIDO		0,10	7.000,00
39	PROPRANOLOL 40MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	62.500	COMPRIMIDO		0,17	10.625,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							229.020,00
LOTE 04 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL/HIPERTENSÃO (FARMÁCIA BÁSICA)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ANLÓDIPINO, BESILATO 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,15	5.625,00
02	ANLÓDIPINO, BESILATO 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	131.250	COMPRIMIDO		0,11	14.437,50
03	ATENÓLOL 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,16	12.000,00
04	ATENÓLOL 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	COMPRIMIDO		0,11	12.375,00
05	ATENÓLOL 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	375.000	COMPRIMIDO		0,08	30.000,00
06	CAPTÓPRIIL 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	300.000	COMPRIMIDO		0,10	30.000,00
07	CAPTÓPRIIL 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	COMPRIMIDO		0,07	7.875,00
08	CARVEDILOL 12,5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,25	4.687,50
09	CARVEDILOL 3,125MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	5.625	COMPRIMIDO		0,16	900,00
10	CARVEDILOL 6,25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	5.625	COMPRIMIDO		0,18	1.012,50
11	CARVEDILOL 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,33	6.187,50
12	CELECOXIBE 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	26.250	COMPRIMIDO		3,22	84.525,00
13	DIGOXINA 0,25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	11.250	COMPRIMIDO		0,43	4.837,50
14	ESPIRONOLACTONA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,28	21.000,00
15	ESPIRONOLACTONA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	90.000	COMPRIMIDO		0,42	37.800,00
16	ESPIRONOLACTONA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,85	3.187,50
17	ISOSSORBIDA DINITRATO 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	33.750	COMPRIMIDO		0,27	9.112,50
18	ISOSSORBIDA DINITRATO 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,32	1.200,00
19	ISOSSORBIDA DINITRATO 40MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,41	1.537,50
20	ISOSSORBIDA DINITRATO SUBLINGUAL 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,51	1.912,50
21	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	300.000	COMPRIMIDO		0,12	36.000,00
22	LOSARTANA POTÁSSICA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	225.000	COMPRIMIDO		0,36	81.000,00
23	METILDOPA 250MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	56.250	COMPRIMIDO		0,75	42.187,50
24	METILDOPA 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	45.000	COMPRIMIDO		1,12	50.400,00
25	ENALAPRIL 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	56.250	COMPRIMIDO		0,10	5.625,00
26	ENALAPRIL 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	187.500	COMPRIMIDO		0,15	28.125,00
27	ENALAPRIL 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,25	18.750,00
28	FUROSEMIDA 40MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,11	8.250,00
29	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	300.000	COMPRIMIDO		0,07	21.000,00
30	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	262.500	COMPRIMIDO		0,11	28.875,00
31	HIDRALAZINA CLORIDRATO 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.000	COMPRIMIDO		0,43	1.290,00
32	HIDRALAZINA CLORIDRATO 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.000	COMPRIMIDO		0,69	2.070,00
33	METOPROLOL 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	3.750	COMPRIMIDO		1,06	3.975,00
34	METOPROLOL 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7.500	COMPRIMIDO		0,53	3.975,00
35	METOPROLOL 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7.500	COMPRIMIDO		0,63	4.725,00
36	METOPROLOL TARTARATO 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	3.750	COMPRIMIDO		0,71	2.662,50
37	NIFEDIPINO 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,27	5.062,50
38	PROPRANOLOL 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	210.000	COMPRIMIDO		0,10	21.000,00
39	PROPRANOLOL 40MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	187.500	COMPRIMIDO		0,17	31.875,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							687.060,00
LOTE 05 - MEDICAMENTOS PARA DIABÉTICOS (FARMÁCIA BÁSICA)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	GLIBENCLAMIDA 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	50.000	COMPRIMIDO		0,11	5.500,00
02	GLICLAZIDA 30MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7.500	COMPRIMIDO		0,47	3.525,00
03	GLICLAZIDA 60MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	1.250	COMPRIMIDO		0,85	1.062,50
04	METFORMINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	12.500	COMPRIMIDO		0,25	3.125,00
05	METFORMINA 850MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	50.000	COMPRIMIDO		0,36	18.000,00
06	INSULINA GLARGINA - RESERVADO ME/EPP	CANETA 3ML	375	UNIDADE		55,84	20.940,00
07	INSULINA GLARGINA - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO INJETÁVEL 10ML	125	UNIDADE		155,77	19.471,25
08	INSULINA LISPRO 10ML - RESERVADO ME/EPP	CANETA 3ML	450	UNIDADE		53,46	24.057,00
09	INSULINA HUMANA NPH 100UI/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO INJETÁVEL 10ML	625	UNIDADE		45,75	28.593,75
10	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	312	UNIDADE		46,27	14.436,24
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							138.710,74
LOTE 06 - MEDICAMENTOS PARA DIABÉTICOS (FARMÁCIA BÁSICA)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	GLIBENCLAMIDA 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	150.000	COMPRIMIDO		0,11	16.500,00
02	GLICLAZIDA 30MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	22.500	COMPRIMIDO		0,47	10.575,00
03	GLICLAZIDA 60MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	3.750	COMPRIMIDO		0,85	3.187,50
04	METFORMINA 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,25	9.375,00
05	METFORMINA 850MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	150.000	COMPRIMIDO		0,36	54.000,00
06	INSULINA GLARGINA - COTA AMPLA	CANETA 3ML	1.125	UNIDADE		55,84	62.820,00
07	INSULINA GLARGINA - COTA AMPLA	SUSPENSÃO INJETÁVEL 10ML	375	UNIDADE		155,77	58.413,75
08	INSULINA LISPRO 10ML - COTA AMPLA	CANETA 3ML	1.350	UNIDADE		53,46	72.171,00
09	INSULINA HUMANA NPH 100UI/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO INJETÁVEL 10ML	1.875	UNIDADE		45,75	85.781,25
10	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	938	UNIDADE		46,27	43.401,26
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							416.224,76
LOTE 07 - MEDICAMENTOS SAÚDE DA MULHER – ANTICONCEPCIONAL (FARMÁCIA BÁSICA)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03MG + 0,15MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,17	12.750,00
02	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO 150MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	375	AMPOLA		15,00	5.625,00
03	NORETISTERONA + ESTRADIOL 50MG + 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	125	AMPOLA		20,15	2.518,75
04	NORETISTERONA 0,35MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,25	625,00
05	LEVONORGESTREL 0,75MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.875	COMPRIMIDO		2,15	4.031,25
06	LEVONORGESTREL 1,5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		2,40	3.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							28.550,00
LOTE 08 - MEDICAMENTOS SAÚDE DA MULHER – ANTICONCEPCIONAL (FARMÁCIA BÁSICA)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03MG + 0,15MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	225.000	COMPRIMIDO		0,17	38.250,00
02	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO 150MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.125	AMPOLA		15,00	16.875,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

03	NORETISTERONA + ESTRADIOL 50MG + 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	375	AMPOLA		20,15	7.556,25
04	NORETISTERONA 0,35MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,25	1.875,00
05	LEVONORGESTREL 0,75MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	5.625	COMPRIMIDO		2,15	12.093,75
06	LEVONORGESTREL 1,5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		2,40	9.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							85.650,00
LOTE 09 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL ANTITERMICO E OUTROS (FARMÁCIA BÁSICA)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,08	3.000,00
02	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	62.500	COMPRIMIDO		0,14	8.750,00
03	DIPIRONA SÓDICA 500MG - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.000	AMPOLA		2,76	2.760,00
04	DIPIRONA SÓDICA 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	UNIDADE		0,24	9.000,00
05	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 10ML	1.500	FRASCO		2,26	3.390,00
06	DIPIRONA SÓDICA 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	2.000	FRASCO		10,57	21.140,00
07	PARACETAMOL 200MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 10ML	1.250	FRASCO		1,91	2.387,50
08	PARACETAMOL 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100ML	700	AMPOLA		27,34	19.138,00
09	PARACETAMOL 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	25.000	COMPRIMIDO		0,14	3.500,00
10	PARACETAMOL 750MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	50.000	COMPRIMIDO		0,20	10.000,00
11	IBUPROFENO 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 30ML	750	FRASCO		3,58	2.685,00
12	IBUPROFENO 600MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,43	16.125,00
13	IBUPROFENO 400MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	9.500	COMPRIMIDO		0,76	7.220,00
14	IBUPROFENO 300MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,32	2.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							111.095,50
LOTE 10 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL ANTITERMICO E OUTROS (FARMÁCIA BÁSICA)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	COMPRIMIDO		0,08	9.000,00
02	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	187.500	COMPRIMIDO		0,14	26.250,00
03	DIPIRONA SÓDICA 500MG - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.000	AMPOLA		2,76	8.280,00
04	DIPIRONA SÓDICA 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	UNIDADE		0,24	27.000,00
05	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 10ML	4.500	FRASCO		2,26	10.170,00
06	DIPIRONA SÓDICA 50MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	6.000	FRASCO		10,57	63.420,00
07	PARACETAMOL 200MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 10ML	3.750	FRASCO		1,91	7.162,50
08	PARACETAMOL 10MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100ML	2.100	AMPOLA		27,34	57.414,00
09	PARACETAMOL 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,14	10.500,00
10	PARACETAMOL 750MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	150.000	COMPRIMIDO		0,20	30.000,00
11	IBUPROFENO 50MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 30ML	2.250	FRASCO		3,58	8.055,00
12	IBUPROFENO 600MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	COMPRIMIDO		0,43	48.375,00
13	IBUPROFENO 400MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	28.500	COMPRIMIDO		0,76	21.660,00
14	IBUPROFENO 300MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,32	6.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							333.286,50
LOTE 11 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL ANTIHELMINTICOS (FARMÁCIA BÁSICA)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ALBENDAZOL 40 MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO ORAL, 10ML	625	FRASCO		2,75	1.718,75
02	ALBENDAZOL 400MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	12.500	COMPRIMIDO		0,99	12.375,00
03	LEVOFLOXAXINO 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		1,28	19.200,00
04	METRONIDAZOL 250MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	5.000	COMPRIMIDO		0,33	1.650,00
05	METRONIDAZOL 400MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	8.000	COMPRIMIDO		0,40	3.200,00
06	METRONIDAZOL 100MG/G (10%) CREME VAGINAL - RESERVADO ME/EPP	CREME	875	UNIDADE		8,63	7.551,25
07	MICONAZOL 20MG - RESERVADO ME/EPP	LOÇÃO, 30ML	5.000	FRASCO		4,05	20.250,00
08	MICONAZOL 20MG/G - RESERVADO ME/EPP	CREME VAGINAL	500	UNIDADE		13,05	6.525,00
09	MICONAZOL 2% - RESERVADO ME/EPP	CREME	250	UNIDADE		9,36	2.340,00
10	FLUCONAZOL 100MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	625	UNIDADE		0,82	512,50
11	FLUCONAZOL 150MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	12.500	UNIDADE		1,37	17.125,00
12	ITRACONAZOL 100MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	625	UNIDADE		1,55	968,75
13	IVERMECTINA 6MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	750	COMPRIMIDO		1,25	937,50
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							94.353,75
LOTE 12 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL ANTIHELMINTICOS (FARMÁCIA BÁSICA)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ALBENDAZOL 40 MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO ORAL, 10ML	1.875	FRASCO		2,75	5.156,25
02	ALBENDAZOL 400MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	37.500	COMPRIMIDO		0,99	37.125,00
03	LEVOFLOXAXINO 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	45.000	COMPRIMIDO		1,28	57.600,00
04	METRONIDAZOL 250MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		0,33	4.950,00
05	METRONIDAZOL 400MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	24.000	COMPRIMIDO		0,40	9.600,00
06	METRONIDAZOL 100MG/G (10%) CREME VAGINAL - COTA AMPLA	CREME	2.625	UNIDADE		8,63	22.653,75
07	MICONAZOL 20MG - COTA AMPLA	LOÇÃO, 30ML	15.000	FRASCO		4,05	60.750,00
08	MICONAZOL 20MG/G - COTA AMPLA	CREME VAGINAL	1.500	UNIDADE		13,05	19.575,00
09	MICONAZOL 2% - COTA AMPLA	CREME	750	UNIDADE		9,36	7.020,00
10	FLUCONAZOL 100MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	1.875	UNIDADE		0,82	1.537,50
11	FLUCONAZOL 150MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	37.500	UNIDADE		1,37	51.375,00
12	ITRACONAZOL 100MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	1.875	UNIDADE		1,55	2.906,25
13	IVERMECTINA 6MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	2.250	COMPRIMIDO		1,25	2.812,50
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							283.061,25
LOTE 13 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL (FARMÁCIA BÁSICA)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ACECLOFENACO 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	20.000	COMPRIMIDO		0,65	13.000,00
02	ACICLOVIR 200MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,95	2.375,00
03	ACICLOVIR 400MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		1,24	4.650,00
04	ACICLOVIR 50MG/G - RESERVADO ME/EPP	CREME	375	BISNAGA		3,56	1.335,00
05	ALOPURINOL 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,30	750,00
06	ALOPURINOL 300MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,46	2.875,00
07	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,58	725,00
08	AMIODARONA 200MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		1,03	7.725,00
09	AMIODARONA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,69	1.725,00
10	BENZOATO DE BENZILA 250MG/ML - RESERVADO ME/EPP	EMULSÃO TÓPICA, 100ML	125	FRASCO		8,48	1.060,00
11	BETAMETASONA ACETATO + BETAMETASONA FOSFATO DE SÓDIO (3MG+3MG) - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO INJETÁVEL	625	UNIDADE		13,50	8.437,50
12	CABERGOLINA 0,5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	375	COMPRIMIDO		12,24	4.590,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

13	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	UNIDADE		0,23	575,00
14	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG + VIT D 400UI - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,13	325,00
15	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG + VIT D 200UI - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	20.000	COMPRIMIDO		0,08	1.600,00
16	CLOSTAZOL 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	10.000	COMPRIMIDO		0,60	6.000,00
17	DEXCLORFENIRAMINA 2MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,20	1.250,00
18	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	750	FRASCO		3,98	2.985,00
19	DEXAMETASONA 0,1% - RESERVADO ME/EPP	COLÍRIO, 5ML	125	FRASCO		9,84	1.230,00
20	DEXAMETASONA 0,1% - RESERVADO ME/EPP	CREME	500	BISNAGA		2,94	1.470,00
21	DEXAMETASONA 0,1MG - RESERVADO ME/EPP	ELUXIR, 120 ML	250	FRASCO		6,47	1.617,50
22	DEXAMETASONA 4MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	UNIDADE		0,49	612,50
23	DROPOPIZINA 30MG/ML - RESERVADO ME/EPP	GOTAS 10ML	1.250	FRASCO		17,71	22.137,50
24	HIDROXIZINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	UNIDADE		1,04	7.800,00
25	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO ORAL, 240ML	500	FRASCO		11,73	5.865,00
26	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/0,25ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL	250	UNIDADE		12,37	3.092,50
27	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO, 110ML	62	UNIDADE		10,14	628,68
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							106.436,18

LOTE 14 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL (FARMÁCIA BÁSICA)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ACECLOFENACO 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	60.000	COMPRIMIDO		0,65	39.000,00
02	ACICLOVIR 200MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,95	7.125,00
03	ACICLOVIR 400MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	11.250	COMPRIMIDO		1,24	13.950,00
04	ACICLOVIR 50MG/G - COTA AMPLA	CREME	1.125	BISNAGA		3,56	4.005,00
05	ALOPURINOL 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,30	2.250,00
06	ALOPURINOL 300MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,46	8.625,00
07	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,58	2.175,00
08	AMIODARONA 200MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		1,03	23.175,00
09	AMIODARONA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,69	5.175,00
10	BENZOATO DE BENZILA 250MG/ML - COTA AMPLA	EMULSÃO TÓPICA, 100ML	375	FRASCO		8,48	3.180,00
11	BETAMETASONA ACETATO + BETAMETASONA FOSFATO DE SÓDIO (3MG+3MG) - COTA AMPLA	SUSPENSÃO INJETÁVEL	1.875	UNIDADE		13,50	25.312,50
12	CABERGOLINA 0,5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.125	COMPRIMIDO		12,24	13.770,00
13	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	UNIDADE		0,23	1.725,00
14	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG + VIT D 400UI - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,13	975,00
15	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG + VIT D 200UI - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	60.000	COMPRIMIDO		0,08	4.800,00
16	CLOSTAZOL 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	30.000	COMPRIMIDO		0,60	18.000,00
17	DEXCLORFENIRAMINA 2MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,20	3.750,00
18	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	2.250	FRASCO		3,98	8.955,00
19	DEXAMETASONA 0,1% - COTA AMPLA	COLÍRIO, 5ML	375	FRASCO		9,84	3.690,00
20	DEXAMETASONA 0,1% - COTA AMPLA	CREME	1.500	BISNAGA		2,94	4.410,00
21	DEXAMETASONA 0,1MG - COTA AMPLA	ELUXIR, 120 ML	750	FRASCO		6,47	4.852,50
22	DEXAMETASONA 4MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	UNIDADE		0,49	1.837,50
23	DROPOPIZINA 30MG/ML - COTA AMPLA	GOTAS 10ML	3.750	FRASCO		17,71	66.412,50
24	HIDROXIZINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	UNIDADE		1,04	23.400,00
25	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO ORAL, 240ML	1.500	FRASCO		11,73	17.595,00
26	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/0,25ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	750	UNIDADE		12,37	9.277,50
27	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO - COTA AMPLA	SOLUÇÃO, 110ML	188	UNIDADE		10,14	1.906,32
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							319.328,82

LOTE 15 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL (FARMÁCIA BÁSICA)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	LEVETIRACETAM 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	4.000	COMPRIMIDO		3,34	13.360,00
02	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,31	775,00
03	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,25	625,00
04	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,28	700,00
05	LINAGUPTINA 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.000	COMPRIMIDO		4,86	9.720,00
06	LORATADINA 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,24	1.500,00
07	LORATADINA 1MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	500	FRASCO		6,33	3.165,00
08	MESALAZINA 800MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		2,23	13.937,50
09	METOCLOPRAMIDA 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.875	COMPRIMIDO		0,12	225,00
10	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 10ML	625	FRASCO		3,60	2.250,00
11	MIRTAZAPINA 15MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		1,23	9.225,00
12	MIRTAZAPINA 30MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.000	COMPRIMIDO		1,55	10.850,00
13	MIRTAZAPINA 45MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	8.750	COMPRIMIDO		1,95	17.062,50
14	NISTATINA 100.000UI/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO ORAL, 50ML	250	FRASCO		7,68	1.920,00
15	OMEPRAZOL 20MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	62.500	COMPRIMIDO		0,11	6.875,00
16	PERMETRINA 1% - RESERVADO ME/EPP	LOÇÃO, 60ML	62	UNIDADE		4,17	258,54
17	PERMETRINA 5% - RESERVADO ME/EPP	LOÇÃO, 60ML	62	UNIDADE		5,59	346,58
18	PREDNISONA 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,33	2.062,50
19	PREDNISONA 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,19	712,50
20	SALBUTAMOL 0,4MG/5ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	25	FRASCO		3,56	89,00
21	SALBUTAMOL 120,5MCG/DOSE (EQUIVALENTE 100 MCG) - RESERVADO ME/EPP	AEROSSOL ORAL	375	FRASCO		22,35	8.381,25
22	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA SOLUÇÃO	6.750	ENVELOPE		2,11	14.242,50
23	SINVASTATINA 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,17	6.375,00
24	SINVASTATINA 40MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	12.500	COMPRIMIDO		0,31	3.875,00
25	TIMOLOL MALEATO 2,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	COLÍRIO, 5ML	125	FRASCO		7,05	881,25
26	TIMOLOL MALEATO 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	COLÍRIO, 10ML	125	FRASCO		12,60	1.575,00
27	SALBUTAMOL 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	GOTAS SOLUÇÃO PARA NBZ	125	FRASCO		15,02	1.877,50
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							132.866,62

LOTE 16 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL (FARMÁCIA BÁSICA)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	LEVETIRACETAM 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	12.000	COMPRIMIDO		3,34	40.080,00
02	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,31	2.325,00
03	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,25	1.875,00
04	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,28	2.100,00
05	LINAGUPTINA 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	6.000	COMPRIMIDO		4,86	29.160,00
06	LORATADINA 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,24	4.500,00
07	LORATADINA 1MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	1.500	FRASCO		6,33	9.495,00
08	MESALAZINA 800MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		2,23	41.812,50
09	METOCLOPRAMIDA 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	5.625	COMPRIMIDO		0,12	675,00
10	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 10ML	1.875	FRASCO		3,60	6.750,00
11	MIRTAZAPINA 15MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		1,23	27.675,00
12	MIRTAZAPINA 30MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	21.000	COMPRIMIDO		1,55	32.550,00
13	MIRTAZAPINA 45MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	26.250	COMPRIMIDO		1,95	51.187,50
14	NISTATINA 100.000UI/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO ORAL, 50ML	750	FRASCO		7,68	5.760,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

15	OMEPAZOL 20MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	187.500	COMPRIMIDO		0,11	20.625,00
16	PERMETRINA 1% - COTA AMPLA	LOÇÃO, 60ML	188	UNIDADE		4,17	783,96
17	PERMETRINA 5% - COTA AMPLA	LOÇÃO, 60ML	188	UNIDADE		5,59	1.050,92
18	PREDNISONA 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,33	6.187,50
19	PREDNISONA 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	11.250	COMPRIMIDO		0,19	2.137,50
20	SALBUTAMOL 0,4MG/5ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 100ML	75	FRASCO		3,56	267,00
21	SALBUTAMOL 120,5MCG/DOSE (EQUIVALENTE 100 MCG) - COTA AMPLA	AEROSSOL ORAL	1.125	FRASCO		22,35	25.143,75
22	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL - COTA AMPLA	PÓ PARA SOLUÇÃO	20.250	ENVELOPE		2,11	42.727,50
23	SINVASTATINA 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	COMPRIMIDO		0,17	19.125,00
24	SINVASTATINA 40MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,31	11.625,00
25	TIMOLOL MALEATO 2,5MG/ML - COTA AMPLA	COLÍRIO, 5ML	375	FRASCO		7,05	2.643,75
26	TIMOLOL MALEATO 5MG/ML - COTA AMPLA	COLÍRIO, 10ML	375	FRASCO		12,60	4.725,00
27	SALBUTAMOL 5MG/ML - COTA AMPLA	GOTAS SOLUÇÃO PARA NBZ	375	FRASCO		15,02	5.632,50
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							398.619,38
LOTE 17 - SAÚDE DA MULHER (FARMÁCIA BÁSICA) PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	DIU (DISPOSITIVO INTRA- UTERAL) 380 A	FORMADO POR UM T FLEXÍVEL DE POLIETILENO; SENDO A HASTE DO T ENROLADA COM FIO DE COBRE E CADA BRAÇO DO T LEVA UM CLINDRO DE COBRE; COMPRIMENTO: 30 MM; ENVERGADURA 17 MM.	100	UNID		106,42	10.642,00
02	DIU MINI	DISPOSITIVO FLEXÍVEL FEITO DE POLIETILENO RADIOPAÇO; COM BRAÇOS LATERAIS FLEXÍVEIS E SUA HASTE VERTICAL É COBERTA COM O FIO DE COBRE; COMPRIMENTO: 28MM; ENVERGADURA 17 MM.	150	UNID		168,63	25.294,50
VALOR TOTAL GRUPO R\$							35.936,50
LOTE 18 - MEDICAMENTOS SAÚDE DA MULHER – SUPLEMENTAÇÃO (FARMÁCIA BÁSICA) PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMPRIMIDO	150.000	COMPRIMIDO		0,09	13.500,00
02	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG/ML	SOLUÇÃO ORAL, 30ML	500	UNIDADE		5,99	2.995,00
03	SULFATO FERROSO 40MG/ DE FERRO II	COMPRIMIDO	150.000	COMPRIMIDO		0,12	18.000,00
04	SULFATO FERROSO GOTAS 25MG/ML DE FERRO II	SUSPENSÃO ORAL, 30ML	1.000	FRASCO		2,79	2.790,00
05	SULFATO FERROSO 5MG/ML	XAROPÉ, 100ML	2.000	FRASCO		4,87	9.740,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							47.025,00
LOTE 19 - MEDICAMENTOS DE USO INALATÓRIO (FARMÁCIA BÁSICA) COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BUDESONIDA 32MCG - RESERVADO ME/EPP	AEROSSOL NASAL, 3ML	125	UNIDADE		23,29	2.911,25
02	BUDESONIDA 50MCG - RESERVADO ME/EPP	AEROSSOL NASAL, 3ML	125	UNIDADE		30,87	3.858,75
03	BUDESONIDA 64MCG - RESERVADO ME/EPP	AEROSSOL NASAL, 3ML	125	UNIDADE		33,53	4.191,25
04	BROMETO DE IPRATÓPIO 0,25MG - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, 20ML	250	FRASCO		2,24	560,00
05	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5,0MG (0,25MG/GOTA) - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, 20ML	250	FRASCO		7,76	1.940,00
06	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 200MCG/DOSE - RESERVADO ME/EPP	PÓ INALATÓRIO, 100ML	37	FRASCO		60,79	2.249,23
07	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50MCG/DOSE - RESERVADO ME/EPP	PÓ INALATÓRIO, 100ML	37	FRASCO		53,84	1.992,08
08	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 400MCG/DOSE - RESERVADO ME/EPP	PÓ INALATÓRIO, 100ML	37	FRASCO		77,61	2.871,57
09	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250MCG - RESERVADO ME/EPP	PÓ INALATÓRIO, 100ML	37	FRASCO		64,20	2.375,40
10	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO NASAL 30ML	1.250	FRASCO		2,78	3.475,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							26.424,53
LOTE 20 - MEDICAMENTOS DE USO INALATÓRIO (FARMÁCIA BÁSICA) PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BUDESONIDA 32MCG - COTA AMPLA	AEROSSOL NASAL, 3ML	375	UNIDADE		23,29	8.733,75
02	BUDESONIDA 50MCG - COTA AMPLA	AEROSSOL NASAL, 3ML	375	UNIDADE		30,87	11.576,25
03	BUDESONIDA 64MCG - COTA AMPLA	AEROSSOL NASAL, 3ML	375	UNIDADE		33,53	12.573,75
04	BROMETO DE IPRATÓPIO 0,25MG - COTA AMPLA	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, 20ML	750	FRASCO		2,24	1.680,00
05	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5,0MG (0,25MG/GOTA) - COTA AMPLA	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, 20ML	750	FRASCO		7,76	5.820,00
06	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 200MCG/DOSE - COTA AMPLA	PÓ INALATÓRIO, 100ML	113	FRASCO		60,79	6.869,27
07	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50MCG/DOSE - COTA AMPLA	PÓ INALATÓRIO, 100ML	113	FRASCO		53,84	6.083,92
08	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 400MCG/DOSE - COTA AMPLA	PÓ INALATÓRIO, 100ML	113	FRASCO		77,61	8.769,93
09	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250MCG - COTA AMPLA	PÓ INALATÓRIO, 100ML	113	FRASCO		64,20	7.254,60
10	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - COTA AMPLA	SOLUÇÃO NASAL 30ML	3.750	FRASCO		2,78	10.425,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							79.786,47
LOTE 21 - SAÚDE MENTAL CLASSE I (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AMITRIPTILINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	50.000	COMPRIMIDO		0,08	4.000,00
02	BIPERIDENO 2MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	35.000	COMPRIMIDO		0,49	17.150,00
03	BIPERIDENO 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL	75	AMPOLA		3,99	299,25
04	CARBAMAZEPINA 200MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,31	11.625,00
05	CARBAMAZEPINA 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO ORAL, 100ML	750	FRASCO		15,25	11.437,50
06	CARBAMAZEPINA 400MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	4.500	COMPRIMIDO		1,07	4.815,00
07	CARBONATO DE LÍCIO 300MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	8.750	COMPRIMIDO		0,41	3.587,50
08	CLOMIPRAMINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		1,37	10.275,00
09	CLONAZEPAM 2,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	625	FRASCO		4,26	2.662,50
10	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	10.000	COMPRIMIDO		1,86	18.600,00
11	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	13.750	COMPRIMIDO		1,48	20.350,00
12	CLORPROMAZINA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		0,57	12.825,00
13	CLORPROMAZINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	3.000	COMPRIMIDO		0,44	1.320,00
14	CLORPROMAZINA 40MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	375	FRASCO		12,88	4.830,00
15	DIAZEPAM 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,10	3.750,00
16	DIAZEPAM 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	12.500	COMPRIMIDO		0,07	875,00
17	OLANZAPINA 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	12.500	COMPRIMIDO		0,61	7.625,00
18	TRAZODONA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	27.500	COMPRIMIDO		0,63	17.325,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							153.351,75
LOTE 22 - SAÚDE MENTAL CLASSE I (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) PARTICIPAÇÃO AMPLA							

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AMITRIPTILINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	150.000	COMPRIMIDO		0,08	12.000,00
02	BIPERIDENO 2MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	105.000	COMPRIMIDO		0,49	51.450,00
03	BIPERIDENO 5MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	225	AMPOLA		3,99	897,75
04	CARBAMAZEPINA 200MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	COMPRIMIDO		0,31	34.875,00
05	CARBAMAZEPINA 20MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO ORAL, 100ML	2.250	FRASCO		15,25	34.312,50
06	CARBAMAZEPINA 400MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	13.500	COMPRIMIDO		1,07	14.445,00
07	CARBONATO DE LÍTIIO 300MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	26.250	COMPRIMIDO		0,41	10.762,50
08	CLOMIPRAMINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		1,37	30.825,00
09	CLONAZEPAM 2,5MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	1.875	FRASCO		4,26	7.987,50
10	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	30.000	COMPRIMIDO		1,86	55.800,00
11	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	41.250	COMPRIMIDO		1,48	61.050,00
12	CLOPRIMAZINA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	67.500	COMPRIMIDO		0,57	38.475,00
13	CLOPRIMAZINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	9.000	COMPRIMIDO		0,44	3.960,00
14	CLOPRIMAZINA 40MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	1.125	FRASCO		12,88	14.490,00
15	DIAZEPAM 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	112.500	COMPRIMIDO		0,10	11.250,00
16	DIAZEPAM 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,07	2.625,00
17	OLANZAPINA 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		0,61	22.875,00
18	TRAZODONA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	82.500	COMPRIMIDO		0,63	51.975,00
VALOR TOTAL GRUPO R\$							460.055,25
LOTE 23 - SAÚDE MENTAL CLASSE II (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.500	AMPOLA		8,39	12.585,00
02	PANTOPRAZOL 40MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	9.000	COMPRIMIDO		0,54	4.860,00
03	FENITOÍNA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,22	1.650,00
04	FENITOÍNA 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL	62	FRASCOS		13,00	806,00
05	FENOBARBITAL 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDOS	25.000	UNIDADE		0,27	6.750,00
06	FENOBARBITAL 40MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	2.500	UNIDADE		6,94	17.350,00
07	FLUOXETINA 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO OU CÁPSULA	37.500	COMPRIMIDO		0,18	6.750,00
08	GABAPENTINA 600MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	5.000	COMPRIMIDO		4,56	22.800,00
09	HALOPERIDOL 2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	600	FRASCO		7,29	4.374,00
10	HALOPERIDOL 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDOS	25.000	COMPRIMIDO		0,39	9.750,00
11	HALOPERIDOL 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL	187	AMPOLA		3,84	718,08
12	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	750	COMPRIMIDO		1,39	1.042,50
13	NORTRIPTILINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	3.750	COMPRIMIDO		0,71	2.662,50
14	PROMETAZINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	25.000	COMPRIMIDO		0,29	7.250,00
15	PROMETAZINA 25MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.250	AMPOLA		4,73	5.912,50
16	RISPERIDONA 1MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,26	1.950,00
17	RISPERIDONA 3MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,35	2.625,00
18	TIAMINA 300MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,40	500,00
19	VALPROATO DE SÓDIO 250MG/5ML - RESERVADO ME/EPP	XAROPÉ, 100ML	450	FRASCO		8,20	3.690,00
20	VALPROATO DE SÓDIO 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		1,00	7.500,00
21	ZOLPIDEM 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	13.750	COMPRIMIDO		0,51	7.012,50
22	ZOLPIDEM 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	10.625	COMPRIMIDO		1,08	11.475,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							140.013,08
LOTE 24 - SAÚDE MENTAL CLASSE II (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.500	AMPOLA		8,39	37.755,00
02	PANTOPRAZOL 40MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	27.000	COMPRIMIDO		0,54	14.580,00
03	FENITOÍNA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		0,22	4.950,00
04	FENITOÍNA 20MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL	188	FRASCOS		13,00	2.444,00
05	FENOBARBITAL 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDOS	75.000	UNIDADE		0,27	20.250,00
06	FENOBARBITAL 40MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	7.500	UNIDADE		6,94	52.050,00
07	FLUOXETINA 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO OU CÁPSULA	112.500	COMPRIMIDO		0,18	20.250,00
08	GABAPENTINA 600MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		4,56	68.400,00
09	HALOPERIDOL 2MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL, 20ML	1.800	FRASCO		7,29	13.122,00
10	HALOPERIDOL 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDOS	75.000	COMPRIMIDO		0,39	29.250,00
11	HALOPERIDOL 5MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	563	AMPOLA		3,84	2.161,92
12	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	2.250	COMPRIMIDO		1,39	3.127,50
13	NORTRIPTILINA 25MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	11.250	COMPRIMIDO		0,71	7.987,50
14	PROMETAZINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,29	21.750,00
15	PROMETAZINA 25MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.750	AMPOLA		4,73	17.737,50
16	RISPERIDONA 1MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		0,26	5.850,00
17	RISPERIDONA 3MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		0,35	7.875,00
18	TIAMINA 300MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,40	1.500,00
19	VALPROATO DE SÓDIO 250MG/5ML - COTA AMPLA	XAROPÉ, 100ML	1.350	FRASCO		8,20	11.070,00
20	VALPROATO DE SÓDIO 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		1,00	22.500,00
21	ZOLPIDEM 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	41.250	COMPRIMIDO		0,51	21.037,50
22	ZOLPIDEM 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	31.875	COMPRIMIDO		1,08	34.425,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							420.072,92
LOTE 25 - SAÚDE MENTAL CLASSE III (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CLONAZEPAM 0,5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.500	COMPRIMIDO		0,18	270,00
02	CLONAZEPAM 2MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	25.000	COMPRIMIDO		0,13	3.250,00
03	LAMOTRIGINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.750	COMPRIMIDO		0,18	315,00
04	LAMOTRIGINA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.250	COMPRIMIDO		0,23	517,50
05	LAMOTRIGINA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,34	425,00
06	BROMIDRATO DE CITALOPRAM 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	123	COMPRIMIDO		0,32	39,36
07	LEVOMEPRIMAZINA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		1,11	4.162,50
08	LEVOMEPRIMAZINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	500	COMPRIMIDO		0,97	485,00
09	PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	50	COMPRIMIDO		0,95	47,50
10	RISPERIDONA 2MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	5.000	COMPRIMIDO		0,29	1.450,00
11	METILFENIDATO 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	3.000	COMPRIMIDO		0,67	2.010,00
12	METILFENIDATO 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	450	COMPRIMIDO		6,21	2.794,50
13	METILFENIDATO 40MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	500	COMPRIMIDO		9,08	4.540,00
14	NALTREXONA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	112	UNIDADE		4,06	454,72
15	PAROXETINA 20MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	1.500	UNIDADE		0,52	780,00
16	PAROXETINA 30MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	1.250	UNIDADE		6,45	8.062,50
17	SERTRALINA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	3.000	COMPRIMIDO		0,26	780,00
18	SERTRALINA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,49	3.675,00
19	TIORIDAZINA 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		1,19	2.975,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

20	TIORIDAZINA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	5,000	COMPRIMIDO		1,34	6.700,00
21	TIORIDAZINA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	5,000	COMPRIMIDO		1,66	8.300,00
22	TOPIRAMATO 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	112	COMPRIMIDO		0,86	96,32
23	TRIFLUOPERAZINA 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	112	COMPRIMIDO		0,69	77,28
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							52.207,18
LOTE 26 - SAÚDE MENTAL CLASSE III (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CLONAZEPAM 0,5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	4.500	COMPRIMIDO		0,18	810,00
02	CLONAZEPAM 2MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	75.000	COMPRIMIDO		0,13	9.750,00
03	LAMOTRIGINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	5.250	COMPRIMIDO		0,18	945,00
04	LAMOTRIGINA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	6.750	COMPRIMIDO		0,23	1.552,50
05	LAMOTRIGINA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,34	1.275,00
06	BROMIDRATO DE CITALOPRAM 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	372	COMPRIMIDO		0,32	119,04
07	LEVOMEPRIMAZINA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	11.250	COMPRIMIDO		1,11	12.487,50
08	LEVOMEPRIMAZINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.500	COMPRIMIDO		0,97	1.455,00
09	PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	150	COMPRIMIDO		0,95	142,50
10	RISPERIDONA 2MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		0,29	4.350,00
11	METILFENIDATO 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	9.000	COMPRIMIDO		0,67	6.030,00
12	METILFENIDATO 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.350	COMPRIMIDO		6,21	8.383,50
13	METILFENIDATO 40MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.500	COMPRIMIDO		9,08	13.620,00
14	NALTREXONA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	338	UNIDADE		4,06	1.372,28
15	PAROXETINA 20MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	4.500	UNIDADE		0,52	2.340,00
16	PAROXETINA 30MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	3.750	UNIDADE		6,45	24.187,50
17	SERTRALINA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	9.000	COMPRIMIDO		0,26	2.340,00
18	SERTRALINA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	22.500	COMPRIMIDO		0,49	11.025,00
19	TIORIDAZINA 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		1,19	8.925,00
20	TIORIDAZINA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		1,34	20.100,00
21	TIORIDAZINA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	15.000	COMPRIMIDO		1,66	24.900,00
22	TOPIRAMATO 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	338	COMPRIMIDO		0,86	290,68
23	TRIFLUOPERAZINA 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	338	COMPRIMIDO		0,69	233,22
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							156.633,72
LOTE 27 - MEDICAMENTOS CONTROLADOS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BIPERIDENO 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO INJETÁVEL	750	AMPOLA		4,42	3.315,00
02	BROMETO DE PANCURÔNIO 2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	150	AMPOLA		12,22	1.833,00
03	BROMIDRATO DE ROCURÔNIO 50MG - RESERVADO ME/EPP	FRASCO AMPOLA 5ML	125	AMPOLA		16,46	2.057,50
04	CEFTAZIDIMA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	3.500	AMPOLA		15,54	54.390,00
05	CITRATO DE FENTANILA 0,05MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	750	AMPOLA		4,07	3.052,50
06	CITRATO DE FENTANILA 0,05MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA COM 10ML	375	AMPOLA		7,06	2.647,50
07	CLORIDRATO DE CLOROPROMAZINA 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	1.875	AMPOLA		8,25	15.468,75
08	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	375	AMPOLA		9,56	3.585,00
09	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	375	AMPOLA		3,91	1.466,25
10	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	1.250	AMPOLA		2,56	3.200,00
11	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	1.062	AMPOLA		4,45	4.725,90
12	DIAZEPAM 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	750	AMPOLA		1,96	1.470,00
13	DEXTROCEAMINA 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA COM 10ML	25	FRASCO AMPOLA		116,81	2.920,25
14	DEXMEDETOMIDINA 100MCG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA 2	187	FRASCO AMPOLA		7,40	1.383,80
15	DROPERIDOL 2,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML; IV/IM	62	AMPOLA		12,19	755,78
16	PANTOPRAZOL 40MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	593	AMPOLA		8,64	5.123,52
17	ETOMIDATO 2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	125	AMPOLA		23,67	2.958,75
18	FENITOINA SÓDICA 5% / 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	375	AMPOLA		5,58	2.092,50
19	FLUMAZENIL 0,1MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	250	AMPOLA		13,96	3.490,00
20	FENOBARBITAL 200MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	250	AMPOLA		5,31	1.327,50
21	HALOTANO 100ML - RESERVADO ME/EPP	FRASCO, 100ML	12	FRASCO		286,81	3.441,72
22	ISOFLURANO 100ML - RESERVADO ME/EPP	FRASCO, 100ML	12	FRASCO		212,65	2.551,80
23	MIDAZOLAM 2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	250	FRASCO		23,48	5.870,00
24	MIDAZOLAM 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	625	AMPOLA		5,13	3.206,25
25	SEVOFLURANO 1ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO 100 ML	12	FRASCO		206,64	2.479,68
26	SOMATROPINA 4UI (1,33 MG) 1,0ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	375	AMPOLA		432,11	162.041,25
27	SUXAMETÔNIO 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.000	AMPOLA		34,99	34.990,00
28	SULFATO DE MORFINA 0,2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	1.250	AMPOLA		9,39	11.737,50
29	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	625	AMPOLA		9,71	6.068,75
30	PIPERACILINA+TAZOBACTAM 4,5G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.175	AMPOLA		17,74	20.844,50
31	PROPOFOL 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	562	AMPOLA		11,24	6.316,88
32	PROPOFOL 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 20ML	187	AMPOLA		16,66	3.115,42
33	PROTAMINA 10MG/ML - EQUIVALENTE A 1000UI/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	6	FRASCO AMPOLA		6,71	40,26
34	REMIFENTANILA 2MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	6	FRASCO AMPOLA		29,70	178,20
35	TEICOPANINA 400MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	500	FRASCO AMPOLA		41,00	20.500,00
36	TIOPIENTAL 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	700	AMPOLA		28,12	19.684,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							420.329,71
LOTE 28 - MEDICAMENTOS CONTROLADOS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BIPERIDENO 5MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.250	AMPOLA		4,42	9.945,00
02	BROMETO DE PANCURÔNIO 2MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	450	AMPOLA		12,22	5.499,00
03	BROMIDRATO DE ROCURÔNIO 50MG - COTA AMPLA	FRASCO AMPOLA 5ML	375	AMPOLA		16,46	6.172,50
04	CEFTAZIDIMA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	10.500	AMPOLA		15,54	163.170,00
05	CITRATO DE FENTANILA 0,05MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	2.250	AMPOLA		4,07	9.157,50
06	CITRATO DE FENTANILA 0,05MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA COM 10ML	1.125	AMPOLA		7,06	7.942,50
07	CLORIDRATO DE CLOROPROMAZINA 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	5.625	AMPOLA		8,25	46.406,25
08	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	1.125	AMPOLA		9,56	10.755,00
09	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	1.125	AMPOLA		3,91	4.398,75
10	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	3.750	AMPOLA		2,56	9.600,00
11	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	3.188	AMPOLA		4,45	14.186,60
12	DIAZEPAM 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	2.250	AMPOLA		1,96	4.410,00
13	DEXTROCEAMINA 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA COM 10ML	75	FRASCO AMPOLA		116,81	8.760,75
14	DEXMEDETOMIDINA 100MCG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA 2	563	FRASCO AMPOLA		7,40	4.166,20
15	DROPERIDOL 2,5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML; IV/IM	188	AMPOLA		12,19	2.291,72

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

16	PANTOPRAZOL 40MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	1.782	AMPOLA	8,64	15.396,48
17	ETOMIDATO 2MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	375	AMPOLA	23,67	8.876,25
18	FENITOÍNA SÓDICA 5% / 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.125	AMPOLA	5,58	6.277,50
19	FLUMAZENIL 0,1MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	750	AMPOLA	13,96	10.470,00
20	FENOBARBITAL 200MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	750	AMPOLA	5,31	3.982,50
21	HALOTANO 100ML - COTA AMPLA	FRASCO, 100ML	38	FRASCO	286,81	10.898,78
22	ISOFLURANO 100ML - COTA AMPLA	FRASCO, 100ML	38	FRASCO	212,65	8.080,70
23	MIDAZOLAM 2MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	750	FRASCO	23,48	17.610,00
24	MIDAZOLAM 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	1.875	AMPOLA	5,13	9.618,75
25	SEVOFLURANO 1ML/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL, FRASCO 100 ML	38	FRASCO	206,64	7.852,32
26	SOMATROPINA AUI (1,33 MG) 1,0ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.125	AMPOLA	432,11	486.123,75
27	SUXAMETONIO 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.000	AMPOLA	34,99	104.970,00
28	SULFATO DE MORFINA 0,2MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	3.750	AMPOLA	9,39	35.212,50
29	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	1.875	AMPOLA	9,71	18.206,25
30	PIPERACILINA+TAZOBACTAM 4,5G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.525	AMPOLA	17,74	62.533,50
31	PROPOFOL 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	1.688	AMPOLA	11,24	18.973,12
32	PROPOFOL 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 20ML	563	AMPOLA	16,66	9.379,58
33	PROTAMINA 10MG/ML - EQUIVALENTE A 1000UI/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	19	FRASCO AMPOLA	6,71	127,49
34	REMIFENTANIL 2MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	19	FRASCO AMPOLA	29,70	564,30
35	TEICOPLANINA 400MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	1.500	FRASCO AMPOLA	41,00	61.500,00
36	TIOPENTAL 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	2.100	AMPOLA	28,12	59.052,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						1.262.567,54

LOTE 29 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)								
COTA RESERVADA ME/EPP								
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	
01	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML; IV/IM	3.750	AMPOLA		2,09	7.837,50	
02	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	387	AMPOLA		7,61	2.945,07	
03	ADENOSINA 3MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	1.250	FRASCO		14,66	18.325,00	
04	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML - RESERVADO ME/EPP	AMPOLA (SOLUÇÃO INJETÁVEL)	12.500	FRASCO		0,52	6.500,00	
05	ÁGUA PARA INJEÇÃO 5ML - RESERVADO ME/EPP	AMPOLA (SOLUÇÃO INJETÁVEL)	875	FRASCO		0,28	245,00	
06	ÁGUA PARA INJEÇÃO 1000ML - RESERVADO ME/EPP	FRASCO	375	FRASCO		9,83	3.686,25	
07	ÁGUA DESTILADA 5000ML - RESERVADO ME/EPP	GALÃO	125	GALÃO		22,44	2.805,00	
08	AMINOFILINA 24MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	125	AMPOLA		3,20	400,00	
09	AMPICILINA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.250	FRASCO AMPOLA		6,28	7.850,00	
10	AMPICILINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	625	FRASCO AMPOLA		5,16	3.225,00	
11	AZTREONAM 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	500	AMPOLA		31,66	15.830,00	
12	CISATRACURIO 2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	625	AMPOLA		22,60	14.125,00	
13	CEFUROXIMA 750MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.500	FRASCO AMPOLA		7,74	11.610,00	
14	CLORANFENICOL 1000MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	137	FRASCO AMPOLA		7,54	1.032,98	
15	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	187	AMPOLA		9,84	1.840,08	
16	BROMOPRIDA 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	750	AMPOLA		3,18	2.385,00	
17	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG+ DIPIRONA 500MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML; IV/IM	2.500	AMPOLA		3,90	9.750,00	
18	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.250	AMPOLA		3,04	3.800,00	
19	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	125	AMPOLA		2,02	252,50	
20	CEFTAZIDIMA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.500	FRASCO AMPOLA		17,71	26.565,00	
21	CEFEPIME 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	625	FRASCO AMPOLA		19,74	12.337,50	
22	CEFEPIME 2G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	375	FRASCO AMPOLA		26,14	9.802,50	
23	CEFOTAXIMA 1000MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.500	FRASCO AMPOLA		10,15	15.225,00	
24	CEFOTAXIMA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.250	FRASCO AMPOLA		11,63	14.537,50	
25	CETOPROFENO 100MG - RESERVADO ME/EPP	PÓ LIOFILIZADO PARA INJEÇÃO; IV	3.125	FRASCO AMPOLA		7,21	22.531,25	
26	ADENOSINA 3MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV	62	AMPOLA		10,63	659,06	
27	CLINDAMICINA 150MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM; AMPOLA COM 4ML	625	AMPOLA		5,06	3.162,50	
28	TEICOPLANINA 200MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM;	350	FRASCO AMPOLA		39,62	13.867,00	
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							233.131,69	

LOTE 30 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)								
PARTICIPAÇÃO AMPLA								
QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	
01	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML; IV/IM	11.250	AMPOLA		2,09	23.512,50	
02	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.163	AMPOLA		7,61	8.850,43	
03	ADENOSINA 3MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	3.750	FRASCO		14,66	54.975,00	
04	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML - COTA AMPLA	AMPOLA (SOLUÇÃO INJETÁVEL)	37.500	FRASCO		0,52	19.500,00	
05	ÁGUA PARA INJEÇÃO 5ML - COTA AMPLA	AMPOLA (SOLUÇÃO INJETÁVEL)	2.625	FRASCO		0,28	735,00	
06	ÁGUA PARA INJEÇÃO 1000ML - COTA AMPLA	FRASCO	1.125	FRASCO		9,83	11.058,75	
07	ÁGUA DESTILADA 5000ML - COTA AMPLA	GALÃO	375	GALÃO		22,44	8.415,00	
08	AMINOFILINA 24MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	375	AMPOLA		3,20	1.200,00	
09	AMPICILINA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.750	FRASCO AMPOLA		6,28	23.550,00	
10	AMPICILINA 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.875	FRASCO AMPOLA		5,16	9.675,00	
11	AZTREONAM 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.500	AMPOLA		31,66	47.490,00	
12	CISATRACURIO 2MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	1.875	AMPOLA		22,60	42.375,00	
13	CEFUROXIMA 750MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	4.500	FRASCO AMPOLA		7,74	34.830,00	
14	CLORANFENICOL 1000MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	413	FRASCO AMPOLA		7,54	3.114,02	
15	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 - COTA AMPLA	INJETÁVEL	563	AMPOLA		9,84	5.539,92	
16	BROMOPRIDA 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	2.250	AMPOLA		3,18	7.155,00	
17	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG+ DIPIRONA 500MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML; IV/IM	7.500	AMPOLA		3,90	29.250,00	
18	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.750	AMPOLA		3,04	11.400,00	
19	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	375	AMPOLA		2,02	757,50	
20	CEFTAZIDIMA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	4.500	FRASCO AMPOLA		17,71	79.695,00	
21	CEFEPIME 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	1.875	FRASCO AMPOLA		19,74	37.012,50	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

22	CEFEPIME 2G - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	1.125	FRASCO AMPOLA		26,14	29.407,50
23	CEFOTAXIMA 1000MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	4.500	FRASCO AMPOLA		10,15	45.675,00
24	CEFOXITINA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.750	FRASCO AMPOLA		11,63	43.612,50
25	CETOPROFENO 100MG - COTA AMPLA	PÓ LIOFILIZADO PARA INJEÇÃO; IV	9.375	FRASCO AMPOLA		7,21	67.593,75
26	ADENOSINA 3MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV	188	AMPOLA		10,63	1.998,44
27	CLINDAMICINA 150MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM; AMPOLA COM 4ML	1.875	AMPOLA		5,06	9.487,50
28	TEICOPLANINA 200MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM;	1.050	FRASCO AMPOLA		39,62	41.601,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							699.466,31
LOTE 31 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	62	FRASCO AMPOLA		30,74	1.905,88
02	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	200	AMPOLA		4,90	980,00
03	CLORIDRATO DE TETRACAÍNA 1% + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 1% + 0,1% - RESERVADO ME/EPP	FRASCO 10ML	6	FRASCO		21,21	127,26
04	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 0,5% + GLICOSE 8%; PESADA - RESERVADO ME/EPP	AMPOLAS 4ML	140	AMPOLA		10,70	1.498,00
05	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 0,50% COM EPINEFRINA 1:200.000 - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	125	AMPOLA		23,55	2.943,75
06	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA SEM VASOCONSTRITOR 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL 20ML	125	AMPOLA		18,26	2.282,50
07	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA COM VASOCONSTRITOR 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL 20ML	125	AMPOLA		40,74	5.092,50
08	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL 10ML	262	AMPOLA		10,22	2.677,64
09	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA 20ML	150	AMPOLA		10,79	1.618,50
10	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	342	AMPOLA		3,44	1.176,48
11	CLORIDRATO DE EFEDRINA 50MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA 1ML	187	AMPOLA		6,40	1.196,80
12	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% - SEM VASOCONSTRITOR - RESERVADO ME/EPP	FRASCO AMPOLA COM 20ML	462	FRASCO AMPOLA		12,67	5.853,54
13	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% - RESERVADO ME/EPP	GEL	1.875	BISNAGA		6,84	12.825,00
14	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 10% - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO AEROSOL; FRASCO 50ML	62	FRASCO		54,35	3.369,70
15	NITROGLICERINA 50MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA 10ML	62	AMPOLA		45,95	2.848,90
16	NOREPINEFRINA 1MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.500	AMPOLA		2,71	4.065,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							50.461,45
LOTE 32 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	188	FRASCO AMPOLA		30,74	5.779,12
02	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	600	AMPOLA		4,90	2.940,00
03	CLORIDRATO DE TETRACAÍNA 1% + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 1% + 0,1% - COTA AMPLA	FRASCO 10ML	19	FRASCO		21,21	402,99
04	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 0,5% + GLICOSE 8%; PESADA - COTA AMPLA	AMPOLAS 4ML	420	AMPOLA		10,70	4.494,00
05	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 0,50% COM EPINEFRINA 1:200.000 - COTA AMPLA	INJETÁVEL	375	AMPOLA		23,55	8.831,25
06	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA SEM VASOCONSTRITOR 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL 20ML	375	AMPOLA		18,26	6.847,50
07	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA COM VASOCONSTRITOR 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL 20ML	375	AMPOLA		40,74	15.277,50
08	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL 10ML	788	AMPOLA		10,22	8.053,36
09	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA 20ML	450	AMPOLA		10,79	4.855,50
10	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.028	AMPOLA		3,44	3.536,32
11	CLORIDRATO DE EFEDRINA 50MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA 1ML	563	AMPOLA		6,40	3.603,20
12	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% - SEM VASOCONSTRITOR - COTA AMPLA	FRASCO AMPOLA COM 20ML	1.388	FRASCO AMPOLA		12,67	17.585,96
13	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% - COTA AMPLA	GEL	5.625	BISNAGA		6,84	38.475,00
14	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 10% - COTA AMPLA	SOLUÇÃO AEROSOL; FRASCO 50ML	188	FRASCO		54,35	10.217,80
15	NITROGLICERINA 50MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA 10ML	188	AMPOLA		45,95	8.638,60
16	NOREPINEFRINA 1MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	4.500	AMPOLA		2,71	12.195,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							151.733,10
LOTE 33 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ANFOTERICINA B IV 50MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	750	AMPOLA		34,38	25.785,00
02	BESILATO DE ATRACÚRIO 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2,5ML	700	AMPOLA		19,33	13.531,00
03	BESILATO DE ATRACÚRIO 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5,0ML	750	AMPOLA		36,32	27.240,00
04	CLORIDRATO DE CIMETIDINA 150MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL 2ML	1.875	AMPOLA		1,27	2.381,25
05	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	225	AMPOLA		11,16	2.511,00
06	CLORIDRATO DE NALBUFINA 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	1.250	AMPOLA		8,64	10.800,00
07	COMPLEXO B 2ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML; IM/IV	3.750	AMPOLA		2,30	8.625,00
08	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA 2ML IV/IM	1.875	AMPOLA		1,69	3.168,75
09	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML + DIMENIDRINATO 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML; IM	1.500	AMPOLA		5,81	8.715,00
10	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 1G - RESERVADO ME/EPP	PÓ SOLÚVEL INJETÁVEL EM FRASCO-AMPOLA	1.000	AMPOLA		17,54	17.540,00
11	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL 2ML	150	AMPOLA		3,12	468,00
12	DEXAMETASONA 4MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	2.500	AMPOLA		3,79	9.475,00
13	DIPIRONA SÓDICA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	5.000	AMPOLA		2,40	12.000,00
14	DIMENIDRINATO 30MG + PIRIDOXINA 50MG + DEXTROSE 1000MG + D-FRUTOSE (LEVULOSE) 1000MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	125	AMPOLA		8,66	1.082,50
15	EPINEFRINA 1MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.500	AMPOLA		2,62	3.930,00
16	ERTAPENEM SÓDICO 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	150	AMPOLA		165,00	24.750,00
17	FITOMENADIONA 10MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	325	AMPOLA		3,51	1.140,75
18	CLONIDINA 150MCG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	62	AMPOLA		10,88	674,56
19	HIDRALAZINA 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	3.125	AMPOLA		11,44	35.750,00
20	SUFENTANILA 50UI/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	300	AMPOLA		75,63	22.689,00
21	TROMETAMOL CETOROLACO 30MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	1.500	AMPOLA		3,67	5.505,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							237.761,81
LOTE 34 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ANFOTERICINA B IV 50MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	2.250	AMPOLA		34,38	77.355,00
02	BESILATO DE ATRACÚRIO 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2,5ML	2.100	AMPOLA		19,33	40.593,00
03	BESILATO DE ATRACÚRIO 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5,0ML	2.250	AMPOLA		36,32	81.720,00
04	CLORIDRATO DE CIMETIDINA 150MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL 2ML	5.625	AMPOLA		1,27	7.143,75
05	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	675	AMPOLA		11,16	7.533,00
06	CLORIDRATO DE NALBUFINA 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	3.750	AMPOLA		8,64	32.400,00
07	COMPLEXO B 2ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML; IM/IV	11.250	AMPOLA		2,30	25.875,00
08	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA 2ML IV/IM	5.625	AMPOLA		1,69	9.506,25
09	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML + DIMENIDRINATO 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML; IM	4.500	AMPOLA		5,81	26.145,00
10	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 1G - COTA AMPLA	PÓ SOLÚVEL INJETÁVEL EM FRASCO-AMPOLA	3.000	AMPOLA		17,54	52.620,00
11	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL 2ML	450	AMPOLA		3,12	1.404,00
12	DEXAMETASONA 4MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	7.500	AMPOLA		3,79	28.425,00
13	DIPIRONA SÓDICA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	15.000	AMPOLA		2,40	36.000,00
14	DIMENIDRINATO 30MG + PIRIDOXINA 50MG + DEXTROSE 1000MG + D-FRUTOSE (LEVULOSE) 1000MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	375	AMPOLA		8,66	3.247,50
15	EPINEFRINA 1MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	4.500	AMPOLA		2,62	11.790,00
16	ERTAPENEM SODICO 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	450	AMPOLA		165,00	74.250,00
17	FITOMENADIONA 10MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	975	AMPOLA		3,51	3.422,25
18	CLONIDINA 150MCG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	188	AMPOLA		10,88	2.045,44
19	HIDRALAZINA 20MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	9.375	AMPOLA		11,44	107.250,00
20	SUFENTANILA 50UI/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 5ML	900	AMPOLA		75,63	68.067,00
21	TROMETAMOL CETOROLACO 30MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	4.500	AMPOLA		3,67	16.515,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							713.307,19

LOTE 35 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)
COTA RESERVADA ME/EPP

QUANTITATIVO ESTIMADO					CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ACICLOVIR 250MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	62	FRASCO AMPOLA		8,06	499,72
02	AMPICILINA + SULBACTAM 3,0G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	2.000	FRASCO AMPOLA		12,41	24.820,00
03	CEFALOTINA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	2.500	FRASCO AMPOLA		7,12	17.800,00
04	CEFAZOLINA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.500	AMPOLA		4,36	6.540,00
05	CIPROFLOXACINO 400MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	525	AMPOLA		38,50	20.212,50
06	CLARITROMICINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.250	AMPOLA		29,29	36.612,50
07	ENOXAPARINA 20MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,2ML	200	SERINGA PREENCHIDA		20,64	4.128,00
08	ENOXAPARINA 40MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,4ML	62	SERINGA PREENCHIDA		28,56	1.770,72
09	ENOXAPARINA 60MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,6ML	125	SERINGA PREENCHIDA		30,79	3.848,75
10	ENOXAPARINA 80MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,8ML	100	SERINGA PREENCHIDA		39,99	3.999,00
11	FLUFENAZINA 25MG/ML 1ML INJ C/50 - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	3.125	FRASCO AMPOLA		6,48	20.250,00
12	FUROSEMIDA 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.200	AMPOLA		2,36	2.832,00
13	FLUCONAZOL 200MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; BOLSA 100ML	62	BOLSA		11,37	704,94
14	GLICOSE 25% - RESERVADO ME/EPP	AMPOLA COM 10ML	1.250	AMPOLA		1,02	1.275,00
15	GLICOSE 50% - RESERVADO ME/EPP	AMPOLA COM 10ML	1.250	AMPOLA		1,35	1.687,50
16	GLUCONATO DE CÁLCIO 100MG/ML - RESERVADO ME/EPP	AMPOLA COM 10ML	75	AMPOLA		3,00	225,00
17	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; SCO, 25 ML	1.875	AMPOLA		7,56	14.175,00
18	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV 5ML	187	AMPOLA		24,39	4.560,93
19	HIDROCORTISONA 100MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	1.475	AMPOLA		5,65	8.333,75
20	HIDROCORTISONA 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	1.875	AMPOLA		10,14	19.012,50
21	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	FRASCO AMPOLA	250	FRASCO AMPOLA		35,99	8.997,50
22	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-R(D) - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	62	AMPOLA		389,88	24.172,56
23	LINEZOLIDA 2MG/ML 300ML SF IV BOLSA INJ AMP - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	250	AMPOLA		25,26	6.315,00
24	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	312	AMPOLA		4,44	1.385,28
25	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.187	AMPOLA		2,14	2.540,18
26	METOPROLOL 1MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA 5ML	125	AMPOLA		26,50	3.312,50
27	METRONIDAZOL 500MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL 100ML	625	AMPOLA		5,09	3.181,25
28	SUGAMADEX SODICO 100MG/ML 2ML INJ - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	68	FRASCO AMPOLA		58,65	3.988,20
29	VITAMINA K 10MG/ML 1ML IM INJ AMP CX C/25 (FITOMENADIONA) - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	400	AMPOLA		3,33	1.332,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							248.512,28

LOTE 36 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)
PARTICIPAÇÃO AMPLA

QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO		
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR TOTAL R\$
01	ACICLOVIR 250MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	188	FRASCO AMPOLA		1.515,28
02	AMPICILINA + SULBACTAM 3,0G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	6.000	FRASCO AMPOLA		74.460,00
03	CEFALOTINA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	7.500	FRASCO AMPOLA		53.400,00
04	CEFAZOLINA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL	4.500	AMPOLA		19.620,00
05	CIPROFLOXACINO 400MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	1.575	AMPOLA		60.637,50
06	CLARITROMICINA 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.750	AMPOLA		109.837,50
07	ENOXAPARINA 20MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,2ML	600	SERINGA PREENCHIDA		12.384,00
08	ENOXAPARINA 40MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,4ML	188	SERINGA PREENCHIDA		5.369,28
09	ENOXAPARINA 60MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,6ML	375	SERINGA PREENCHIDA		11.546,25
10	ENOXAPARINA 80MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; SC; EM SERINGA 0,8ML	300	SERINGA PREENCHIDA		11.997,00
11	FLUFENAZINA 25MG/ML 1ML INJ C/50 - COTA AMPLA	INJETÁVEL	9.375	FRASCO AMPOLA		60.750,00
12	FUROSEMIDA 20MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.600	AMPOLA		8.496,00
13	FLUCONAZOL 200MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; BOLSA 100ML	188	BOLSA		2.137,56
14	GLUCOSE 25% - COTA AMPLA	AMPOLA COM 10ML	3.750	AMPOLA		3.825,00
15	GLUCOSE 50% - COTA AMPLA	AMPOLA COM 10ML	3.750	AMPOLA		5.062,50
16	GLUCONATO DE CÁLCIO 100MG/ML - COTA AMPLA	AMPOLA COM 10ML	225	AMPOLA		675,00
17	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; SCO, 25 ML	5.625	AMPOLA		42.525,00
18	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV 5ML	563	AMPOLA		13.731,57
19	HIDROCORTISONA 100MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	4.425	AMPOLA		25.001,25
20	HIDROCORTISONA 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	5.625	AMPOLA		57.037,50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

21	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG - COTA AMPLA	FRASCO AMPOLA	750	FRASCO AMPOLA		35,99	26.992,50
22	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-R(D) - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	188	AMPOLA		389,88	73.297,44
23	LINEZOLIDA 2MG/ML 300ML SF IV BOLSA INJ AMP - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	750	AMPOLA		25,26	18.945,00
24	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	938	AMPOLA		4,44	4.164,72
25	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	3.563	AMPOLA		2,14	7.624,82
26	METOPROLOL 1MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA 5ML	375	AMPOLA		26,50	9.937,50
27	METRONIDAZOL 500MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL 100ML	1.875	AMPOLA		5,09	9.543,75
28	SUGAMADEX SODICO 100MG/ML 2ML INJ - COTA AMPLA	INJETÁVEL	207	FRASCO AMPOLA		58,65	12.140,55
29	VITAMINA K 10MG/ML 1ML IM INJ AMP CX C/25 (FITOMENADIONA) - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1ML	1.200	AMPOLA		3,33	3.996,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							746.650,47
LOTE 37 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ALBUMINA HUMANA 20% - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO- AMPOLA 50ML	125	FRASCO AMPOLA		276,91	34.613,75
02	CEFAZOLINA 1G - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	625	FRASCO AMPOLA		6,62	4.137,50
03	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	1.162	AMPOLA		1,03	1.196,86
04	CLORETO DE SÓDIO 20% - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	300	AMPOLA		1,46	438,00
05	METILPREDNISOLONA 125MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO-AMPOLA+ DILUENTE	12	FRASCO AMPOLA		11,25	135,00
06	METILPREDNISOLONA 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA+ DILUENTE	12	FRASCO AMPOLA		18,63	223,56
07	METILPREDNISOLONA 40MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA 2ML; IM	62	FRASCO AMPOLA		17,83	1.105,46
08	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA 2 ML	62	FRASCO AMPOLA		29,93	1.855,66
09	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG FE III - RESERVADO ME/EPP	AMPOLA (5ML) CONTÉM 100MG	500	FRASCO		14,50	7.250,00
10	OMEPRAZOL 40MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; PÓ LIOFILIZADO EM FRASCO- AMPOLA + DILUENTE; IV	2.500	FRASCO AMPOLA		13,50	33.750,00
11	ONDANSETRONA 2MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 4ML	1.875	AMPOLA		3,33	6.243,75
12	OXACILINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	875	FRASCO AMPOLA		3,27	2.861,25
13	OCITOCINA 5 U.I./ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; IV/IM	625	AMPOLA		5,38	3.362,50
14	PIRACETAM 200MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL	1.500	AMPOLA		5,87	8.805,00
15	SULFATO DE AMICACINA 100MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	125	AMPOLA		7,38	922,50
16	SULFATO DE AMICACINA 250MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2 ML	125	AMPOLA		9,78	1.222,50
17	SULFATO DE AMICACINA 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	125	AMPOLA		6,43	803,75
18	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA 1ML	250	AMPOLA		1,91	477,50
19	SULFATO DE GENTAMICINA 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1 ML	125	AMPOLA		2,24	280,00
20	SULFATO DE GENTAMICINA 40MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1 ML	250	AMPOLA		3,18	795,00
21	SULFATO DE GENTAMICINA 80MG/ML - RESERVADO ME/EPP	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2 ML	375	AMPOLA		4,15	1.556,25
22	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% - RESERVADO ME/EPP	AMPOLA COM 10ML	125	AMPOLA		13,13	1.641,25
23	VANCOMICINA 500MG - RESERVADO ME/EPP	PÓ SOLÚVEL INJETÁVEL EM FRASCO-AMPOLA	187	FRASCO AMPOLA		7,41	1.385,67
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							115.062,71
LOTE 38 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS - (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ALBUMINA HUMANA 20% - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO- AMPOLA 50ML	375	FRASCO AMPOLA		276,91	103.841,25
02	CEFAZOLINA 1G - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA	1.875	FRASCO AMPOLA		6,62	12.412,50
03	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	3.488	AMPOLA		1,03	3.592,64
04	CLORETO DE SÓDIO 20% - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 10ML	900	AMPOLA		1,46	1.314,00
05	METILPREDNISOLONA 125MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO-AMPOLA+ DILUENTE	38	FRASCO AMPOLA		11,25	427,50
06	METILPREDNISOLONA 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA+ DILUENTE	38	FRASCO AMPOLA		18,63	707,94
07	METILPREDNISOLONA 40MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA 2ML; IM	188	FRASCO AMPOLA		17,83	3.352,04
08	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; FRASCO AMPOLA 2 ML	188	FRASCO AMPOLA		29,93	5.626,84
09	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG FE III - COTA AMPLA	AMPOLA (5ML) CONTÉM 100MG	1.500	FRASCO		14,50	21.750,00
10	OMEPRAZOL 40MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; PÓ LIOFILIZADO EM FRASCO- AMPOLA + DILUENTE; IV	7.500	FRASCO AMPOLA		13,50	101.250,00
11	ONDANSETRONA 2MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 4ML	5.625	AMPOLA		3,33	18.731,25
12	OXACILINA 500MG - COTA AMPLA	INJETÁVEL	2.625	FRASCO AMPOLA		3,27	8.583,75
13	OCITOCINA 5 U.I./ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; IV/IM	1.875	AMPOLA		5,38	10.087,50
14	PIRACETAM 200MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL	4.500	AMPOLA		5,87	26.415,00
15	SULFATO DE AMICACINA 100MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	375	AMPOLA		7,38	2.767,50
16	SULFATO DE AMICACINA 250MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2 ML	375	AMPOLA		9,78	3.667,50
17	SULFATO DE AMICACINA 50MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2ML	375	AMPOLA		6,43	2.411,25
18	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA 1ML	750	AMPOLA		1,91	1.432,50
19	SULFATO DE GENTAMICINA 20MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1 ML	375	AMPOLA		2,24	840,00
20	SULFATO DE GENTAMICINA 40MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 1 ML	750	AMPOLA		3,18	2.385,00
21	SULFATO DE GENTAMICINA 80MG/ML - COTA AMPLA	INJETÁVEL; AMPOLA COM 2 ML	1.125	AMPOLA		4,15	4.668,75
22	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% - COTA AMPLA	AMPOLA COM 10ML	375	AMPOLA		13,13	4.923,75
23	VANCOMICINA 500MG - COTA AMPLA	PÓ SOLÚVEL INJETÁVEL EM FRASCO-AMPOLA	563	FRASCO AMPOLA		7,41	4.171,83
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							345.360,29
39 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS TIPO SORO E DILUENTES (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - RESERVADO ME/EPP	100ML	2.500	AMPOLA		5,40	13.500,00
02	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - RESERVADO ME/EPP	250ML	3.750	AMPOLA		6,55	24.562,50
03	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - RESERVADO ME/EPP	500ML	8.750	AMPOLA		7,96	69.650,00
04	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - RESERVADO ME/EPP	1000ML	3.000	AMPOLA		9,06	27.180,00
05	LEVOFLOXACINO - RESERVADO ME/EPP	150ML	2.000	AMPOLA		16,27	32.540,00
06	SORO GLICOFISIOLÓGICO - RESERVADO ME/EPP	500ML	2.500	AMPOLA		9,97	24.925,00
07	SORO GLICOSADO 5% - RESERVADO ME/EPP	500ML	2.500	AMPOLA		7,35	18.375,00
08	SORO GLICOSADO 5% - RESERVADO ME/EPP	1000ML	2.500	AMPOLA		11,38	28.450,00
09	SORO GLICOSADO 10% - RESERVADO ME/EPP	250ML	3.500	AMPOLA		5,25	18.375,00
10	SORO GLICOSADO 10% - RESERVADO ME/EPP	500ML	3.000	AMPOLA		5,73	17.190,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

11	SORO RINGER COM LACTATO - RESERVADO ME/EPP	250ML	2.125	AMPOLA		6,92	14.705,00
12	SORO RINGER COM LACTATO - RESERVADO ME/EPP	500ML	1.250	AMPOLA		11,74	14.675,00
13	PLASMAISTAR - RESERVADO ME/EPP	500ML	1.500	AMPOLA		136,18	204.270,00
14	MANITOL 20% - RESERVADO ME/EPP	250 ML	1.000	AMPOLA		5,50	5.500,00
15	MANITOL 20% - RESERVADO ME/EPP	500 ML	2.375	AMPOLA		8,43	20.021,25
16	SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% - RESERVADO ME/EPP	500 ML	312	FRASCO		23,49	7.328,88
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							541.247,63
40 - MEDICAMENTOS USO HOSPITALAR INJETÁVEIS TIPO SORO E DILUENTES (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - COTA AMPLA	100ML	7.500	AMPOLA		5,40	40.500,00
02	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - COTA AMPLA	250ML	11.250	AMPOLA		6,55	73.687,50
03	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - COTA AMPLA	500ML	26.250	AMPOLA		7,96	208.950,00
04	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - COTA AMPLA	1000ML	9.000	AMPOLA		9,06	81.540,00
05	LEVOFLOXACINO - COTA AMPLA	150ML	6.000	AMPOLA		16,27	97.620,00
06	SORO GLICOFISIOLÓGICO - COTA AMPLA	500ML	7.500	AMPOLA		9,97	74.775,00
07	SORO GLICOSADO 5% - COTA AMPLA	500ML	7.500	AMPOLA		7,35	55.125,00
08	SORO GLICOSADO 5% - COTA AMPLA	1000ML	7.500	AMPOLA		11,38	85.350,00
09	SORO GLICOSADO 10% - COTA AMPLA	250ML	10.500	AMPOLA		5,25	55.125,00
10	SORO GLICOSADO 10% - COTA AMPLA	500ML	9.000	AMPOLA		5,73	51.570,00
11	SORO RINGER COM LACTATO - COTA AMPLA	250ML	6.375	AMPOLA		6,92	44.115,00
12	SORO RINGER COM LACTATO - COTA AMPLA	500ML	3.750	AMPOLA		11,74	44.025,00
13	PLASMAISTAR - COTA AMPLA	500ML	4.500	AMPOLA		136,18	612.810,00
14	MANITOL 20% - COTA AMPLA	250 ML	3.000	AMPOLA		5,50	16.500,00
15	MANITOL 20% - COTA AMPLA	500 ML	7.125	AMPOLA		8,43	60.063,75
16	SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% - COTA AMPLA	500 ML	938	FRASCO		23,49	22.033,62
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							1.623.789,87
41 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ACEBROFILINA 50MG/5ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO, 120ML	75	FRASCO		18,16	1.362,00
02	ACETILCISTEINA 200MG - RESERVADO ME/EPP	PÓ PARA DISSOLVER EM ÁGUA.	125	ENVELOPE		1,87	233,75
03	AMBROXOL 30MG/5ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL COM 100ML; USO ADULTO	150	FRASCOS		10,54	1.581,00
04	AMBROXOL 7,5MG/ML - RESERVADO ME/EPP	FLACONETES COM 2ML PARA INALAÇÃO	62	FLACONETE		6,73	417,26
05	AMBROXOL 15MG/ML - RESERVADO ME/EPP	(PEDIÁTRICO) SOLUÇÃO ORAL COM 100ML	150	FRASCO		5,46	819,00
06	ARGIROL 100MG (10%) - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA, 5ML	12	FRASCO		15,97	191,64
07	AZATIOPRINA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.000	COMPRIMIDO		5,66	5.660,00
08	BACLOFENO 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	375	COMPRIMIDO		0,45	168,75
09	BISACODIL 5MG - RESERVADO ME/EPP	DRÁGEA OU COMPRIMIDO REVESTIDO	125	COMPRIMIDO		0,28	35,00
10	CARVÃO VEGETAL MEDICINAL ATIVADO - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	412	COMPRIMIDO		1,69	696,28
11	CLONIDINA 0,1MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37	COMPRIMIDO		0,37	13,69
12	COLAGENASE 0,6U/G - RESERVADO ME/EPP	POMADA 30G	187	BISNAGA		19,05	3.562,35
13	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01 G/G - RESERVADO ME/EPP	POMADA 30G	375	BISNAGA		22,28	8.355,00
14	DESOXIRRIBONUCLEASE + FIBRINOLISINA 1/G + CLORANFENICOL 0,01G/G - RESERVADO ME/EPP	POMADA	250	BISNAGA		65,18	16.295,00
15	DOMPERIDONA 1MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SUSPENSÃO PEDIÁTRICA EM FRASCO 100ML	62	FRASCO		20,08	1.244,96
16	DOMPERIDONA 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	125	COMPRIMIDO		0,17	21,25
17	ESCOLOPAMINA 10MG+ DIPIRONA 250MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	125	COMPRIMIDO		0,57	71,25
18	LACTULOSE 667MG/ML - RESERVADO ME/EPP	XAROPÉ EM FRASCO 120ML	125	FRASCO		15,57	1.946,25
19	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG - RESERVADO ME/EPP	CÁPSULA	25	CÁPSULA		0,53	13,25
20	PERICIAZINA 4% - RESERVADO ME/EPP	LÍQUIDO; GOTAS, 20ML	25	FRASCO		27,46	686,50
21	SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG - RESERVADO ME/EPP	DOSE ÚNICA	375	FRASCO		8,53	3.198,75
22	SAF-GEL, 85G - RESERVADO ME/EPP	POMADA	125	BISNAGA		74,46	9.307,50
23	SIMETICONA 75MG/ML - RESERVADO ME/EPP	LÍQUIDO; FRASCO COM 10ML	500	FRASCO		2,86	1.430,00
24	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G - RESERVADO ME/EPP	BISNAGA DE 30G	250	BISNAGA		9,83	2.457,50
25	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G - RESERVADO ME/EPP	POTE 400G	25	POTE		45,53	1.138,25
26	ÓLEO MINERAL 100% - RESERVADO ME/EPP	FRASCO 100ML	125	FRASCO		6,35	793,75
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							61.699,93
42 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL							
PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ACEBROFILINA 50MG/5ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO, 120ML	225	FRASCO		18,16	4.086,00
02	ACETILCISTEINA 200MG - COTA AMPLA	PÓ PARA DISSOLVER EM ÁGUA.	375	ENVELOPE		1,87	701,25
03	AMBROXOL 30MG/5ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL COM 100ML; USO ADULTO	450	FRASCOS		10,54	4.743,00
04	AMBROXOL 7,5MG/ML - COTA AMPLA	FLACONETES COM 2ML PARA INALAÇÃO	188	FLACONETE		6,73	1.265,24
05	AMBROXOL 15MG/ML - COTA AMPLA	(PEDIÁTRICO) SOLUÇÃO ORAL COM 100ML	450	FRASCO		5,46	2.457,00
06	ARGIROL 100MG (10%) - COTA AMPLA	SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA, 5ML	38	FRASCO		15,97	606,86
07	AZATIOPRINA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.000	COMPRIMIDO		5,66	16.980,00
08	BACLOFENO 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.125	COMPRIMIDO		0,45	506,25
09	BISACODIL 5MG - COTA AMPLA	DRÁGEA OU COMPRIMIDO REVESTIDO	375	COMPRIMIDO		0,28	105,00
10	CARVÃO VEGETAL MEDICINAL ATIVADO - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.238	COMPRIMIDO		1,69	2.092,22
11	CLONIDINA 0,1MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	113	COMPRIMIDO		0,37	41,81
12	COLAGENASE 0,6U/G - COTA AMPLA	POMADA 30G	563	BISNAGA		19,05	10.725,15
13	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01 G/G - COTA AMPLA	POMADA 30G	1.125	BISNAGA		22,28	25.065,00
14	DESOXIRRIBONUCLEASE + FIBRINOLISINA 1/G + CLORANFENICOL 0,01G/G - COTA AMPLA	POMADA	750	BISNAGA		65,18	48.885,00
15	DOMPERIDONA 1MG/ML - COTA AMPLA	SUSPENSÃO PEDIÁTRICA EM FRASCO 100ML	188	FRASCO		20,08	3.775,04
16	DOMPERIDONA 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	375	COMPRIMIDO		0,17	63,75
17	ESCOLOPAMINA 10MG+ DIPIRONA 250MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	375	COMPRIMIDO		0,57	213,75
18	LACTULOSE 667MG/ML - COTA AMPLA	XAROPÉ EM FRASCO 120ML	375	FRASCO		15,57	5.838,75
19	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG - COTA AMPLA	CÁPSULA	75	CÁPSULA		0,53	39,75
20	PERICIAZINA 4% - COTA AMPLA	LÍQUIDO; GOTAS, 20ML	75	FRASCO		27,46	2.059,50
21	SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG - COTA AMPLA	DOSE ÚNICA	1.125	FRASCO		8,53	9.596,25
22	SAF-GEL, 85G - COTA AMPLA	POMADA	375	BISNAGA		74,46	27.922,50
23	SIMETICONA 75MG/ML - COTA AMPLA	LÍQUIDO; FRASCO COM 10ML	1.500	FRASCO		2,86	4.290,00
24	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G - COTA AMPLA	BISNAGA DE 30G	750	BISNAGA		9,83	7.372,50
25	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G - COTA AMPLA	POTE 400G	75	POTE		45,53	3.414,75
26	ÓLEO MINERAL 100% - COTA AMPLA	FRASCO 100ML	375	FRASCO		6,35	2.381,25
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							185.227,57
LOTE 43 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL							
COTA RESERVADA ME/EPP							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ATENOLOL 25MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	6.250	COMPRIMIDO		0,13	812,50
02	BISSULFATO CLOPIDOGRÉL 75MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	1.250	COMPRIMIDO		0,78	975,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

03	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2.5MCG - RESERVADO ME/EPP	FRASCO DE 4 ML	250	FRASCO		390,20	97.550,00
04	COMPLEXO B (POLIVITAMINICO) - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,10	250,00
05	COMPLEXO B (POLIVITAMINICO) - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) - FRASCO COM 20ML	250	FRASCO		5,51	1.377,50
06	CETOCONAZOL 200MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDOS	500	COMPRIMIDO		0,45	225,00
07	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDOS	750	COMPRIMIDO		1,39	1.042,50
08	DEXPANTENOL 50MG/G - RESERVADO ME/EPP	BISNAGA 30G	125	BISNAGA		9,10	1.137,50
09	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BUDESONIDA 12/400MCG - RESERVADO ME/EPP	60 CÁPSULAS COMINALADOR	6	FRASCO		129,46	776,76
10	HIDROXICLOROQUINA 400MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	12.500	COMPRIMIDO		2,02	25.250,00
11	NEOMICINA 5MG + BACITRACINA 250UI/G - RESERVADO ME/EPP	BISNAGA 15G	750	BISNAGA		4,05	3.037,50
12	NIMESULIDA 50MG/ML - RESERVADO ME/EPP	FRASCO GOTAS 15ML	125	FRASCO		3,03	378,75
13	NIMESULIDA 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,15	375,00
14	NIFEDIPINO 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,33	825,00
15	NIMODIPINO 30MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	375	COMPRIMIDO		1,76	660,00
16	NISTATINA 25.000 UI/G - RESERVADO ME/EPP	CREME VAGINAL 1 BISNAGA COM 60G + APLICADOR; CAIXA CONTENDO 14.	125	CAIXA		9,61	1.201,25
17	METILDOPA 500MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	250	COMPRIMIDO		1,79	447,50
18	MEBENDAZOL 100MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	2.500	COMPRIMIDO		0,50	1.250,00
19	MEBENDAZOL 20MG/ML - RESERVADO ME/EPP	SOLUÇÃO ORAL 30ML	62	FRASCO		3,16	195,92
20	PARACETAMOL 750MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	625	COMPRIMIDO		0,22	137,50
21	PREDNISOLONA 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	500	COMPRIMIDO		0,32	160,00
22	RIVAROXABANA 10MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	625	COMPRIMIDO		1,25	781,25
23	RIVAROXABANA 20MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDOS	1.125	COMPRIMIDO		1,73	1.946,25
24	VARFARINA 5MG - RESERVADO ME/EPP	COMPRIMIDO	37	COMPRIMIDO		1,17	43,29
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							140.835,97
LOTE 44 - MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARTICIPAÇÃO AMPLA							
QUANTITATIVO ESTIMADO				CUSTO ESTIMADO			
ITEM	PRODUTO	APRESENTAÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ATENOLOL 25MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	18.750	COMPRIMIDO		0,13	2.437,50
02	BISSULFATO CLOPIDOGREL 75MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	3.750	COMPRIMIDO		0,78	2.925,00
03	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2.5MCG - COTA AMPLA	FRASCO DE 4 ML	750	FRASCO		390,20	292.650,00
04	COMPLEXO B (POLIVITAMINICO) - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,10	750,00
05	COMPLEXO B (POLIVITAMINICO) - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) - FRASCO COM 20ML	750	FRASCO		5,51	4.132,50
06	CETOCONAZOL 200MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDOS	1.500	COMPRIMIDO		0,45	675,00
07	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDOS	2.250	COMPRIMIDO		1,39	3.127,50
08	DEXPANTENOL 50MG/G - COTA AMPLA	BISNAGA 30G	375	BISNAGA		9,10	3.412,50
09	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BUDESONIDA 12/400MCG - COTA AMPLA	60 CÁPSULAS COMINALADOR	19	FRASCO		129,46	2.459,74
10	HIDROXICLOROQUINA 400MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	37.500	COMPRIMIDO		2,02	75.750,00
11	NEOMICINA 5MG + BACITRACINA 250UI/G - COTA AMPLA	BISNAGA 15G	2.250	BISNAGA		4,05	9.112,50
12	NIMESULIDA 50MG/ML - COTA AMPLA	FRASCO GOTAS 15ML	375	FRASCO		3,03	1.136,25
13	NIMESULIDA 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,15	1.125,00
14	NIFEDIPINO 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,33	2.475,00
15	NIMODIPINO 30MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.125	COMPRIMIDO		1,76	1.980,00
16	NISTATINA 25.000 UI/G - COTA AMPLA	CREME VAGINAL 1 BISNAGA COM 60G + APLICADOR; CAIXA CONTENDO 14.	375	CAIXA		9,61	3.603,75
17	METILDOPA 500MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	750	COMPRIMIDO		1,79	1.342,50
18	MEBENDAZOL 100MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	7.500	COMPRIMIDO		0,50	3.750,00
19	MEBENDAZOL 20MG/ML - COTA AMPLA	SOLUÇÃO ORAL 30ML	188	FRASCO		3,16	594,08
20	PARACETAMOL 750MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.875	COMPRIMIDO		0,22	412,50
21	PREDNISOLONA 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.500	COMPRIMIDO		0,32	480,00
22	RIVAROXABANA 10MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	1.875	COMPRIMIDO		1,25	2.343,75
23	RIVAROXABANA 20MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDOS	3.375	COMPRIMIDO		1,73	5.838,75
24	VARFARINA 5MG - COTA AMPLA	COMPRIMIDO	113	COMPRIMIDO		1,17	132,21
VALOR TOTAL DO LOTE R\$							422.646,03
VALOR GLOBAL DOS LOTES R\$							15.530.064,95

7. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:

- 7.1. A teor do descrito no Decreto Municipal nº 338/2021, de 23 de dezembro de 2021 e, do Parágrafo XIII, do Art. 6º, da Lei 14.133/21, o objeto descrito acima se enquadra como bens de natureza comuns em vista da possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e de qualidade, conforme prática usual no mercado.
- 7.2. A contratação enquadra-se como aquisição contínua, conforme Inciso IX, do Art. 4º, do Decreto Municipal nº 145/2024 e do Parágrafo XV, do Art. 6º, da Lei 14.133/21, podendo celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos.
- 7.3. A aquisição dos bens não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS BENS:

- 8.1. Os bens deverão ser entregues conforme discriminado abaixo:
- 8.1.1. PARCELADAMENTE e impreterivelmente, no prazo de **até 15 (quinze) DIAS CORRIDOS**, contados do recebimento da ordem de fornecimento;
- 8.1.2. Os bens deverão ser entregues no Almoarifado Central da Saúde, localizado na Rua Boqueira, s/nº, Alto do Alexandrino; Macaúbas – BA, CEP: 46.500-000, no horário das 07:00 às 11:30 horas e de 14:00 às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e das 07:30 às 12:30 horas na sexta-feira (dias úteis);
- 8.1.3. A ordem de fornecimento será emitida pelo Setor de Compras de Macaúbas.
- 8.1.3.1. Não será permitido a entrega de qualquer material a funcionário ou a terceiros sem a devida ordem de fornecimento, devidamente assinada, estando esta municipalidade isenta de qualquer cobrança posterior.
- 8.2. Inexiste quantitativo mínimo para ser requisitado o fornecimento, essencialmente considerando a necessidade/demanda que sofre variações conforme a demanda do serviço público especializado e diante do sistema de registro de preço adotado;
- 8.2.1. Contudo estima-se a emissão de 12 (doze) ordens de fornecimento durante à vigência do contrato, com previsão de solicitações mínima estimadas em 4% (quatro por cento) do quantitativo total em cada lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 08 (oito) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.7. As entregas dos materiais serão de responsabilidade da empresa contratada, devendo ser incluídos todos os eventuais custos indiretos, tais como as despesas com entrega, deslocamento/transporte, carga e descarga dos bens e alimentação dos prepostos.

9. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA ENTREGA DOS BENS:

9.1. Os bens deverão ser entregues com base nos parâmetros mínimos estabelecidos neste termo, sendo a qualidade avaliada pelo setor técnico utilizando conhecimentos técnicos e a prática usual no mercado.

9.2. A empresa contratada deverá ser obrigada a entregar os bens, conforme especificação acima e nos termos da ordem de fornecimento emitida;

9.3. Os produtos, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura da futura ata de registro de preço;

9.4. Fornecer bens de qualidade, 1ª linha, de produção, que atendam às necessidades da contratante;

9.5. É indispensável que todo produto atenda às recomendações das normas vigentes;

9.6. Fornecer os produtos sempre dentro de seu prazo de validade com vida útil igual ou superior a 80% (oitenta por cento), considerando o lapso temporal existente entre a fabricação e a data final de validade;

9.7. Os produtos serão entregues em caixas e / ou embalagens fechadas sem fracionamentos do produto, em perfeito estado (em embalagem original íntegra – com lacre de segurança, sem aderência ao produto e umidade), nas condições de temperatura exigida no rótulo. Todos os dados (rótulo e bula) devem estar em língua portuguesa. Deverão ainda estar especificado o lotes e prazos de validade, juntamente com Nota Fiscal e requisição da secretaria;

9.8. As embalagens devem conter as respectivas especificações e demais exigências legais previstas para a rotulagem, e o texto de acordo com orientações do Ministério da Saúde e Código de Defesa do Consumidor, inclusive registro, fabricante, registro na ANVISA, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome comercial, entrega do objeto conforme a descrição.

9.9. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores.

9.10. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel, fax e e-mail que possibilitem contato imediato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

9.10.1. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do contrato.

9.11. Atender aos telefones informados na proposta, no horário de 08:00 às 16:00, bem como responder aos e-mails da fiscalização no prazo máximo de 12 horas úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta. Quando a empresa se eximir em responder a e-mails ou atender aos telefones por 05 (cinco) dias consecutivos, o fiscal deverá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade;

9.12. Cumprir e fazer cumprir as normas de aquisição e as cláusulas editalícias;

9.13. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do contratante;

9.14. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do processo;

9.15. Zelar pelas condições plenas de segurança, na forma prescrita pelas normas legais técnicas específicas;

9.16. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.17. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

9.18. Indicar preposto e responsável técnico, aceito pela Administração, para representá-los fornecimento dos bens;

9.19. Os responsáveis pela entrega deverão estar devidamente fardados, com crachá de identificação;

9.20. Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados ao Município ou a terceiro, comprometendo-se a acatar as Leis e Regulamentos, quer existentes, quer futuros;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

9.22. Observar todas as normas gerais técnicas; arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta;
- 10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO POR LOTE**;

11. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

- 11.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos;
- 11.2. **Comprovação da habilitação jurídica; nos termos do Inciso I, do Artigo 62, da Lei nº 14.133/21:**
- 11.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 11.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.2.6.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.3. **Comprovação de regularidade Habilitação fiscal, social e trabalhista; nos termos do Inciso III, do Artigo 62, da Lei nº 14.133/21:**
- 11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.3.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.3.6.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 11.4. **Comprovação de qualificação Econômico-Financeira; nos termos do Inciso IV, do Artigo 62, da Lei nº 14.133/21:**
- 11.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 11.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 11.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

11.4.3.1. I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

11.4.3.2. II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

11.4.3.3. III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

11.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.4.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

11.5. **Comprovação de qualificação técnica; nos termos do Inciso IV, do Artigo 62, da Lei nº 14.133/21:**

11.5.1. **Atestado de Capacidade Técnica**, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

11.5.2. **Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE)** proponente, emitida pelo órgão competente da Agência Nacional da Vigilância Sanitária – ANVISA e prova da sua vigência mediante publicação no Diário Oficial da União;

11.5.3. **Autorização Especial (AE)** para comercialização de medicamentos sujeitos à controle especial, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária apenas para os licitantes que concorrerem aos medicamentos controlados descritos nos **LOTES 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28**;

11.5.4. Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, para medicamentos comuns e controlados;

11.5.5. **Alvará Sanitário** emitido pela Vigilância Sanitária Municipal/ Estadual;

11.5.6. **Alvará de localização** e funcionamento da sede da empresa (com validade).

12. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES:

13.1. A Ata de Registro de Preço terá vigência de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84;

13.2. O futuro contrato ou instrumento equivalente, decorrente da ata de registro de preço, terá sua vigência de até 01 (um) ano, a conta da data de sua assinatura, respeitando sempre as dotações orçamentárias indicados pela contabilidade.

13.3. Das hipóteses de cancelamento da ata de Registro de Preço:

13.3.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.3.1.1. Deixar de retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.3.1.2. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

13.3.1.3. Sofrer sanção prevista no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

13.3.3.1. Por razão de interesse público; ou

13.3.3.2. A pedido do fornecedor.

13.4. Das condições para alteração de preços registrados, conforme inciso VI, do art. 82, da Lei 14.133/21:

13.4.1. A Contratante e a Contratada têm direito ao equilíbrio econômico financeiro dos preços registrados, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios;

13.4.2. Reajuste de Preços:

13.4.2.1. Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da assinatura da ata;

13.4.2.2. O índice de reajustamento será aquele apurado pela IBGE, através do INPC (Índice Nacional de Preços) apurado no período;

13.4.2.3. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual dos serviços;

13.4.2.4. As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas, caso ocorra a superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro.

13.4.3. Repactuação de preços:

13.4.3.1. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados em ata, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores. O equilíbrio econômico-financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços dos serviços e/ou insumos/materiais conforme objeto licitado, devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

13.4.3.2. A Repactuação de Preços, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

13.4.3.2.1. A Empresa Contratada deverá formular ao Contratante requerimento para a revisão dos preços registrados, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

13.4.3.2.2. A comprovação será realizada, preferencialmente, por meio de documentos fiscais e, na sua impossibilidade, devidamente demonstrada e justificada, por meio de outros documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão;

13.4.3.2.3. Com o requerimento, a Empresa Contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado;

13.4.3.2.4. O contratante examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará à Contratada quanto ao atendimento ou não do mesmo;

13.4.3.2.5. Independentemente de solicitação, o Contratante poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto registrado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

13.4.3.2.6. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do requerimento formalmente apresentado ao Contratante, na hipótese de solicitação decorrente de aumento de custos e contará a partir da data do evento na hipótese de diminuição dos custos, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

13.4.3.2.7. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Aditivos ou apostilamento a Ata de Registro de Preço.

14. DA MODELO DE GESTÃO DO FUTURO CONTRATO:

14.1. Caso a Administração opte pela formalização de contrato, deverão ser observados o disposto no CAPÍTULO I - DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei 14.133/2021;

14.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.4. As comunicações entre o município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.5. O município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

14.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

14.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

14.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

14.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

14.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

14.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

14.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

14.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

14.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.18. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

14.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14.21. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do contrato.

14.22. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14.23. Da alteração de preço, observa-se o descrito no Capítulo VII:

14.23.1. Os contratos regidos pela Lei 14.133/21 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

14.23.1.1. Unilateralmente pela Administração:

14.23.1.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

14.23.1.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

14.23.1.2. Por acordo entre as partes:

14.23.1.2.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

14.23.1.2.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

14.23.1.2.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

14.23.1.2.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.24. O futuro contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Capítulo VIII, da Lei 14.133/21.

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

15.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada o Capítulo X, da Lei 14.133/21.

15.2. As comunicações entre as empresas licitadas/contratadas e esta Prefeitura serão preferencialmente eletrônicas (e-mail) e de forma complementar através de forma postal e, em caso de impossibilidade, através de publicações no Diário Oficial deste Município.

15.3. A avaliação da execução do objeto utilizará de conhecimento básicos para aferição da qualidade dos produtos entregues;

15.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.4.1. Não produzir os resultados acordados;

15.4.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.4.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a entrega dos bens, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

15.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

15.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

15.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da entrega dos bens realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.12. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.14. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo estabelecido no item 7.4 deste TR, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do bens e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

15.15. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

15.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.17. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos bens prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.18. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

15.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da entrega nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.23. Da Liquidação:

15.23.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.23.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.23.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.23.3.1. O prazo de validade;

15.23.3.2. A data da emissão;

15.23.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

15.23.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

15.23.3.5. O valor a pagar; e

15.23.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.23.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

15.23.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

15.23.6. A Administração deverá realizar para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

- 15.23.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 15.23.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.23.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.23.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- 15.24. Prazo de pagamento:
- 15.24.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 15.24.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice.
- 15.25. Forma de pagamento:
- 15.25.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.25.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.25.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.25.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 15.25.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 16.2. Designar profissionais, para, na qualidade de fiscal, acompanhar, o fornecimento/execução dos produtos objeto do contrato;
- 16.3. Comunicar à CONTRATADA, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução dos materiais;
- 16.4. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- 16.5. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;
- 16.6. Recusar o objeto que não estiver de acordo com as especificações;
- 16.7. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização.
- 16.8. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA junto aos Sistemas, antes de cada pagamento.
- 16.9. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 16.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com os ditames legais.

17. DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 17.1. Entregar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 17.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 17.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 17.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 17.5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega do objeto;
- 17.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

17.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

17.9. A aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução deste objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

17.10. Manter durante toda a execução do contrato, as informações sobre os endereços e telefones para contato, devidamente atualizada;

17.11. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.12. Designar preposto para resolver todos os assuntos relativos à execução deste Contrato, indicando seus endereços físico e eletrônico (e-mail), telefone, celular e fac-símiles;

17.13. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução do contrato.

18. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO:

18.1. A participação de consórcios não será permitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversos produtores. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

18.2. Pelo mesmo motivo não será admitida a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à Administração Pública. Deste modo é vedada a subcontratação do objeto

19. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

19.1. A fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica/física será admissível, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica/física os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, qual seja:

19.1.1. Manutenção das demais cláusulas e condições do contrato;

19.1.2. Inexistência de prejuízo à execução do objeto pactuado; e

19.1.3. Anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

20.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

20.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

20.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

20.2.4. Multa:

20.2.4.1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

20.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º);

20.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

20.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

20.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

20.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):

20.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante;

20.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

20.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

20.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

21.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.530.064,95 (quinze milhões, quinhentos e trinta mil, sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos); obtidos a partir de pesquisas de preços juntadas aos autos do processo licitatório, para todo o objeto, conforme valores unitários e totais apresentados na planilha de preço médio, conforme Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

22. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

22.1. A aquisição será custeada com recursos das Dotações Orçamentárias do Município de Macaúbas, referente ao exercício de 2024. De acordo com o § 2º do artigo 7º do decreto federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013, na licitação para Registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

22.2. As despesas decorrentes com a execução do contrato da aquisição serão custeadas com recursos do Erário Municipal e ocorrerão por conta da disponibilidade orçamentária, no exercício 2024 e subsequente, cuja fonte de recursos, programa e elemento de despesa a ser especificados na Nota de empenho, emitida pelo órgão ou setor competente.

23. DOS REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS:

23.1. A contratação pretendida não acarretará em impactos ambientais cuja governabilidade seja de competência desta equipe responsável pela entidade das unidades de saúde do Fundo Municipal de Saúde de Macaúbas - BA., não exigindo a adoção de providências para adequação das Unidades destinatárias dos bens, uma vez que a fabricação ocorrerá na sede das empresas contratadas, a quais deverão estar em conformidade com as normativas de descarte dos resíduos sólidos estabelecidas pelas legislações vigentes expedidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como aprovação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quando for o caso.

23.2. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAUBAS possui contrato com empresa especializada na prestação de serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde classificados como Biológicos, Potencialmente Infectantes (grupo A, segundo classificação da RDC 306/ANVISA) e perfuro cortantes (grupo E, segundo classificação da RDC 306/ANVISA), com fornecimento de Certificado de destinação. Também possui contrato com empresa especializada na prestação de serviços continuados relativos à gestão de Resíduos Químicos (RQ) incluindo acondicionamento, pesagem, coleta, manuseio, transporte, tratamento, reciclagem, destinação e certificação da destinação dos Resíduos Químicos produzidos nas dependências. Sendo assim, os materiais a serem adquiridos potencialmente infectados e/ou contaminados, após o seu uso, receberão tratamento adequado, feitos descartes de acordo com a legislação vigente para produtos químicos, por empresa especializada minimizando os riscos de contaminação ao meio ambiente.

23.3. Todavia, alguns medicamentos, materiais penso e correlatos, com necessidade recorrente/periódica de substituição para o perfeito funcionamento. Para esses casos a entidade que irá operar as atividades do Hospital Municipal de Macaúbas/BA cumprindo determinação sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde determinadas nos Art. 1º, 2º, 3º e 4º da Resolução CONAMA nº358/2005 (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358/2005) nas seguintes disposições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

"Art. 1º Esta Resolução aplica-se a todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares.

II - Estabelecimento: denominação dada a qualquer edificação destinada à realização de atividades de prevenção, produção, promoção, recuperação e pesquisa na área da saúde ou que estejam a ela relacionadas;"

23.4. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

23.5. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso);

24. DOS ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

24.1. Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura Municipal de Macaúbas, Rua Dr. Doutor Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, Macaúbas - Bahia; ou pelo e-mail: pregoeiro.marco@gmail.com ou ainda pelo telefone: (77) 9 8105-8098.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1. Publicidade:

25.1.1. Todos os atos públicos serão publicados no Diário Oficial do Município;

25.2. Do foro:

25.2.1. Fica estabelecido o foro de Macaúbas - BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação;

25.3. Registra-se que o órgão responsável pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preço será a Secretaria Municipal de Saúde;

25.4. Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste Termo ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº Lei 14.133/2021;

Termo de Referência desenvolvido pelo Setor de Compras de Macaúbas,

Genésio Pereira Figueiredo

Chefe do Setor de Compras da Prefeitura de Macaúbas

Argilandes Azevedo Costa

Servidor Setor de Compras - Responsável pelo TR

Macaúbas - BA, 30 de dezembro de 2024.

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os proponentes de todas as informações necessárias, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Jacqueline Silva do Bomfim
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Municipal nº 173/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA FINAL

Ao

Agente de Contratação

Superintendência Municipal de Licitação e Contratos Administrativos

Prefeitura Municipal de Macaúbas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025

A Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na cidade de XXXXXXXXXXXXXXX - XXXXX, estabelecida à Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXX, CEP.: XXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.º(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo examinado as normas específicas do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2025, cujo objeto é a XXXXXXXXXXXX, conforme especificações constantes no Edital, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, declara expressamente que:

- I - Se propõe prestar, sob sua integral responsabilidade, as entregas de XXXXXX, objeto do referido Edital, ofertando o desconto percentual de xx% (xxx) sobre o Lote xx, cujo valor final ofertado em R\$ XXXXXXXX (valor por extenso) de acordo com as especificações relacionadas na planilha anexa.
- II - Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos serviços, todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.
- III - Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas no Edital, e que conhecemos e aceitamos todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- IV - Declaramos, também, que nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita, seja qual for o motivo.
- V - Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida para a sua apresentação.
- VI - Os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº, Agência, Banco.....
- VII - O responsável pela assinatura do Contrato, é o(a) Sr.(a)..... CPF nº....., endereço.....
- VIII - Os contatos poderão ser efetuados através do telefone, do fax nºe do e-mail

Cidade/UF, ____ de _____ de 2025.

Responsável ou Representante Legal - IDT nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

(CONTINUAÇÃO DO ANEXO II)
ANEXO PROPOSTA DE PREÇOS

1. ESPECIFICAÇÕES DOS LOTES, QUANTIDADES ESTIMADAS E PREÇOS DE REFERÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO COM O
SERVIÇO PÚBLICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **xxx/xxxx**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **xxx/xxxx**

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara que não possui, em seu quadro funcional e composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, e que não possui parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até 3º grau, e/ou não possui cônjuge ou companheiro(a) servidor da entidade contratante, de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança e que exerça suas funções na área responsável pela presente demanda ou contratação.

Cidade/UF, ____ de _____ de **xxxx**.

Responsável ou Representante Legal - IDT nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: XXX-2025

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP: XXX-2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XX-2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 13.782.461/0001-05, com sede na Rua Dr.º Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, Macaúbas, Estado da Bahia, por meio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representada pelo **Secretário Municipal de Saúde**, Sr.ª **Jacqueline Silva do Bomfim**, doravante designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nomeada pelo Decreto Municipal nº xxx, de xxxx de xxxx de xxxx, publicado no Diário Oficial do Município, de xx de xxxx de xxxx, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto Municipal nº 035, de 09 de março de 2023, e demais normas legais aplicáveis, considerando a classificação das propostas e a respectiva Homologação da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, REGISTRO DE PREÇOS – PERP nº xxx-xxxx**, resultado publicado no Diário Oficial do Município, na data de de de, **RESOLVE** registrar os preços oferecidos pela empresa doravante denominada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, destinado às futuras aquisições, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente a **xxxxxxxxxx**, cujas especificações, preço, marca/modelo e quantitativo foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório de **Pregão Eletrônico nº xxx-xxxx** e do **Processo Administrativo nº xxx-xxxx**, e seus anexos, que são parte integrantes desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independente de transcrição.

2. DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. Fornecedor registrado:

Empresa: xxxxxxxxxxxx;

CNPJ/MF: xxxxxxxxxxxx;

Endereço: xxxxxxxxxxxx;

Telefone: xxxxxxxxxxxx;

Representante Legal: xxxxxxxxxxxx;

Lote/Item: xxx.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE xx - xxxxx

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

Item	Produto	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01								
VALOR TOTAL DO LOTE R\$								

3.2.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.3.Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões das Unidades para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

3.4.Os itens registrados na Ata poderão ter seus quantitativos redistribuídos entre os órgãos participantes e não participantes do registro de preços, conforme autorização do órgão gerenciador.

3.5.A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. DAS UNIDADES PARTICIPANTES

4.1. São participantes deste Registro de Preços, as seguintes unidades:

4.1.1. Fundo Municipal de Saúde;

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1.A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme o Decreto Municipal nº 035, de 2023.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, as quantidades poderão ser renovadas.

5.2.O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no Plano Plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3.A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

6. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.É vedada a alteração de quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços.

6.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos seguintes termos:

6.2.1. O reajustamento será realizado com base no índice específico de correção monetária **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, adotado como parâmetro, considerando a variação acumulada no período compreendido entre a data-base estabelecida no orçamento estimado pela Administração e a data da solicitação de reajuste;

6.2.2. O reajustamento será aplicável apenas após decorrido o período mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data-base estabelecida no orçamento estimado pela Administração ou do último reajuste realizado;

6.2.3. A solicitação de reajuste deverá ser formalmente apresentada pela parte interessada, observando o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

- 6.2.3.1. O pedido deverá conter demonstrativo analítico dos valores;
- 6.2.3.2. Deverá ser apresentada documentação que comprove a variação do índice de correção monetária adotado;
- 6.2.3.3. O requerimento deve ser realizado dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços para evitar a preclusão lógica do direito ao reajuste.
- 6.2.4. O reajustamento será efetivado somente após análise e aprovação do órgão gerenciador, com a devida publicação do respectivo termo de apostilamento no Diário Oficial do Município.
- 6.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior o preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
 - 6.3.1. Convocar o detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - 6.3.2. Frustrada a negociação, o detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;
 - 6.3.3. Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;
 - 6.3.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
 - 6.3.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o detentor da Ata, mediante requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:
 - 6.4.1. Liberar o detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
 - 6.4.2. Convocar os demais detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;
 - 6.4.3. Não havendo êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 6.4.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.
- 6.5. É vedado ao fornecedor interromper a execução do objeto registrado, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Instrumento Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- 6.6. É vedado o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 6.7. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços as unidades participantes, se houver.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1.0 Fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por meio de Processo Administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
 - 7.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
 - 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 3º do art. 49 do Decreto Municipal nº 035, de 09 de março de 2023;
 - 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 7.2.1. Por razão de interesse público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

7.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

7.2.3. Se as negociações não forem exitosas, conforme o previsto no inciso IV do § 2º do art. 49 do Decreto Municipal nº 035, de 09 de março de 2023.

7.3.A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1.Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observado os seguintes requisitos:

8.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

8.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

8.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

8.2.A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

8.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.3.Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.4.O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

8.5.O órgão ou a entidade poderá aderir ao lote da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 8.1.

8.6.As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

8.7.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

9. DAS ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP

9.1.0 Órgão Gerenciador promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

9.2.Providenciar a publicação e o cadastro da presente ARP.

9.3.Encaminhar às unidades participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas.

9.4.Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência.

9.5.Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear as aquisições decorrentes desta Ata.

9.6.Processar e liquidar a fatura correspondente, por meio de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

9.7.Conduzir eventuais procedimentos de alteração dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência.

9.8.Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamento de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação às unidades participantes.

9.9.Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo órgão gerenciador.

9.10. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelas unidades participantes, bem como eventuais sanções por estas aplicadas ao particular contratado por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP.

9.11. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

9.12. Estabelecer indicadores de desempenho para avaliar a execução das atas de registro de preços e o atendimento das demandas administrativas, considerando fatores como prazo, qualidade e conformidade com os termos contratuais.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES PARTICIPANTES

10.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamento e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta.

10.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento.

10.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame.

10.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital da licitação e na ARP, informando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação.

11.2. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo órgão gerenciador, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à Administração.

11.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) unidades participantes referentes às condições firmadas na presente ARP.

11.4. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

11.5. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório.

11.6. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP.

11.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (quando houver).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

11.8. Manter, durante a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

11.9. Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta financeira.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Entregue os materiais, o fornecedor deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is) /fatura(s), emitida(s) para fins de protocolo, liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

12.1.1. Documento encaminhando a(s) Nota(s) Fiscal (is) para registro na unidade participante;

12.1.2. Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

12.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

12.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.440, de 7 de julho de 2010;

12.1.5. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante.

12.2. A liquidação e o pagamento dos valores devidos serão realizados pela Administração, considerando o prazo a partir do atesto, pelo Fiscal da unidade participante, das Notas Fiscais correspondentes, mediante a efetiva satisfação do objeto contratual. O prazo de que trata este item limitar-se-á:

12.2.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal;

e

12.2.2. 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

12.3.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

12.5. Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos, aceitos e aprovados pelo órgão gerenciador e ou pela unidade participante.

13. DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor do fornecedor estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

13.1.1. Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep, na forma da Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

13.1.2. Da Contribuição Previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

13.1.3. Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

13.2. O fornecedor deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação.

13.3. O fornecedor, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente ao fornecimento executado, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

13.4. O fornecedor amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR ou de uma ou mais contribuições de que trata a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

fizerem, sujeitam-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.5. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

14. DA ENTREGA, LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

14.1. Os bens serão entregues conforme discriminado abaixo:

14.1.1. Parceladamente e impreterivelmente, no prazo de até (xx) dias (conforme termo de referência), contados do recebimento da ordem de fornecimento;

14.1.2. Os bens deverão ser entregues ----- (conforme termo de referência);

14.1.3. A ordem de fornecimento será emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Macaúbas.

14.2. A forma de entrega prestigia o planejamento da Secretaria solicitante, mantendo estoque mínimo, sistema similar ao "just in time", que prevê a entrega parcelada do material, evitando acúmulo no almoxarifado, desgaste do objeto devido a fatores naturais como poeira e umidade.

14.3. Todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte do fiscal da unidade participante, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição.

14.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem.

14.5. Não serão aceitos produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação.

14.6. A reparação ou substituição do produto deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

14.7. No local de entrega, o Fiscal Técnico fará o recebimento provisório dos materiais, devendo verificar sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e a data da entrega.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão desta Ata será efetuada pelo órgão gerenciador (Secretaria Municipal de Saúde), através da Sr.^a Jacqueline Silva do Bomfim, a quem cabe o gerenciamento deste instrumento no seu aspecto operacional e nas questões legais.

15.2. A fiscalização da execução será realizada pelas unidades participantes, a quem cabe a designação dos responsáveis pelo acompanhamento da execução do objeto.

15.2.1. O fiscal da Ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução deste instrumento, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.2.2. O fiscal da Ata informará ao órgão gerenciador da Ata, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

16.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

16.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses em que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

descumprimento disser respeito às contratações da entidade participante, caso no qual caberá a respectiva unidade participante a aplicação da penalidade.

16.3. A unidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar a presente Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Para as situações não previstas neste instrumento, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei nº 14.133, de 2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital do **Pregão Eletrônico nº xxx-xxxx**, seus anexos e as propostas classificadas.

19.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

19.3. Fica eleito o foro da comarca de Macaúbas, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acertadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surtam todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Macaúbas, xx de xxxxxx de xxxx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante do Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante do Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**TERMO DE CONTRATO**
AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAIS - LICITAÇÃO**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº-LIC.**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº-PE.**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº-....., QUE FAZEM**
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
MACAÚBAS, POR INTERMÉDIO DO(A)
..... E

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 13.782.461/0001-05, com sede na Rua Dr.º Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, Macaúbas, Estado da Bahia, por intermédio da **(unidade Contratante)**, neste ato representada pelo(s) Ordenador(es) de Despesas, Exmo./a.(s), nomeado(a) pelo Decreto Municipal nº, de de de, publicado no Diário Oficial do Município, de de de, portador(a) da Matrícula Funcional nº, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa,, pessoa jurídica de direito privado, inscrita do CNPJ sob o nº, sediada na, CEP.:, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representada por **(nome e função)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº-.....**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº-.....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de, conforme especificações e quantitativos indicados no Termo de Referência e relacionados nas planilhas contidas nos anexos do **Pregão Eletrônico nº xxx-xxxx** e na proposta vencedora.

1.2. Especificação do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FINALIDADE PÚBLICA A SER ATENDIDA

2.1. O presente instrumento visa a atender finalidade pública, sendo

3. CLÁUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente instrumento regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado, em conformidade com o que estatui a Lei nº 14.133/21, e demais alterações, sendo que os documentos indispensáveis à contratação estão elencados no **Edital do Processo Licitatório nº** – Modalidade – **Pregão Eletrônico nº**, que é parte integrante deste instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA - VINCULAÇÃO

4.1. O presente instrumento vincula-se aos termos do **Processo Administrativo nº xxx-xxxx**, independentemente de transcrição, especialmente:

- 4.1.1. ao Termo de Referência;
- 4.1.2. ao Edital da Licitação;
- 4.1.3. a Proposta do Contratado;
- 4.1.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

4.2. Ficam também fazendo parte deste Contrato, na hipótese de posterior alteração, mediante apostilamento ou aditamento, qualquer modificação que venha ser necessária durante sua vigência.

5. CLÁUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O regime de execução contratual e o modelo de gestão serão realizados de acordo com as condições contidas no **Processo Administrativo nº xxx-xxxx**, e em especial no Termo de Referência, que originou este Contrato, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

5.2. A Prefeitura Municipal de Macaúbas pagará apenas por aqueles produtos efetivamente entregues e previamente autorizados por escrito.

5.2.1. a falta de funcionários, equipamentos e/ou ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução do objeto deste instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pela Contratante.

5.3. O Contratado deverá manter o encarregado de fiscalizar a execução do Contrato, a par do andamento dos mesmos, prestando-lhes sempre que necessário, todas as informações solicitadas. Esta fiscalização em hipótese alguma eximirá o Contratado das responsabilidades contratuais legais, bem como sobre danos materiais ou pessoais que forem causados à Contratante ou a terceiros, seja por atos ou omissões da empresa, de seu pessoal técnico ou prepostos.

6. CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo de vigência desta contratação é de **xxxx**, a contar de sua assinatura e posterior publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

6.2. Este instrumento poderá ter o seu prazo prorrogado, por meio de aditivo contratual, observando o prazo estabelecido no art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

6.2.1. a prorrogação de que trata este item é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

6.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Contratante verificará a regularidade fiscal do Contratado, mediante consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de **R\$ (xxx)**, conforme definido na proposta apresentada (De acordo com o somatório dos lotes).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

8. CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 8.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9. CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO

9.1. A liquidação e o pagamento dos valores pactuados serão realizados pela Contratante, considerando o prazo a partir do atesto, pelo Fiscal do Contrato, das Notas Fiscais correspondentes, mediante a efetiva satisfação do objeto contratual. O prazo de que trata este item limitar-se á:

9.1.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal; e

9.1.2. 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

9.2. Os valores deverão ser pagos mediante crédito em conta corrente do Contratado, por ordem bancária, obedecendo aos critérios da legislação vigente:

9.2.1. será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. A liquidação das despesas obedecerá ao disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, c/c art. 141 da Lei 14.133/21.

9.4. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

9.4.1. não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar a Contratante;

9.4.2. inadimplência de obrigações do Contratado para com a Contratante, por conta do estabelecido no Contrato.

9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.6. A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente ao pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

9.7. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como especificações do objeto.

9.8. A contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Contratado, através de Certidões expedidas pelos Órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

9.8.1. Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;

9.8.2. Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal;

9.8.3. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

9.9. Para efeito de pagamento serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.

9.10. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido ao Contratado deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{\left(\frac{6}{100}\right)}{365}, I = 0,00016438$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / /

10.2. Após o interregno de um ano, mediante expresso pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice **INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)**.

10.2.1. sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pelo Contratado antes:

10.2.1.1. do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

10.2.1.2. da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

10.2.1.3. do encerramento do Contrato.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5. Nas aferições finais, o(s) índices(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

11.2.1. as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

11.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

11.4. O eventual reequilíbrio econômico-financeiro, para restabelecer relação que as partes pactuaram inicialmente neste instrumento, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução deste Contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida neste instrumento, considerará:

11.4.1. a demonstração efetiva de que o desequilíbrio já tenha ocorrido, ou seja, demonstrar que o "prejuízo" já foi efetivamente suportado pelo Contratado;

11.4.2. o pedido de revisão deve ser subsidiado por conjunto probatório robusto que justifique a sua razoabilidade e proporcionalidade frente ao efetivo desequilíbrio suportado pelo Contratado.

11.5. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este Contrato se aderirá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

11.6. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo Contratado, das prestações determinadas pela Contratante no curso da execução deste instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias e elementos de despesa abaixo discriminados:

GESTÃO/UNIDADE: xx.xx.xx - XXXXXX.

PROGRAMA DE TRABALHO/ATIVIDADE: xx.xxx.xxx.xxx - XXXXXXXXX.

ELEMENTO DE DESPESA: x.x.x.x.x.x.x - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

FONTE DE RECURSOS: xxxx.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O objeto deste Contrato será dado como recebido de acordo com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, neste caso, no que couber, mediante termos de aceite.

13.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até ... (.....) dias úteis, pelo Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, em condições de atendimento do setor, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até ... (.....) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

13.4.1. na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

13.6. As entregas deverão acontecer em dias úteis, em horário pré-determinado, respeitando a presença do Fiscal do Contrato responsável pela conferência.

13.7. As devoluções feitas, nos casos de não adequação ou entrega parcial dos produtos às características de qualidade e quantidade previstas no Edital, deverão ser repostas em até 48 (quarenta e oito) horas do horário da ocorrência.

13.8. A entrega e o descarregamento dos produtos são de responsabilidade do Contratado.

13.9. Os bens serão entregues conforme ainda, como discriminado abaixo:

13.9.1. a forma de entrega prestigia o planejamento da Secretaria Solicitante, evitando acúmulo no almoxarifado, desgaste do objeto devido a fatores naturais como poeira e umidade;

13.9.2. os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem.

13.10. Não serão aceitos produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação.

13.11. Todas as informações necessárias para a perfeita execução destas entregas constarão da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Prefeitura Municipal de Macaúbas, por meio da Secretaria solicitante.

13.12. Caberá ao Gestor do Contrato, a cada entrega, certificar-se que a nota fiscal do produto entregue esteja atestada, datada, na forma e condições estabelecidas em Edital, sob pena de responsabilidade funcional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

14.1. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no Decreto Municipal nº 012, de 26 de janeiro de 2023.

14.2. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida pelo(a) servidor(a) da Prefeitura Municipal de Macaúbas, o(a) **Sr.º/a**, especificamente designado(a) Fiscal Técnico do Contrato, mediante a **Portaria Municipal nº, de de de**

14.3. Caberá ao Fiscal Técnico, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

14.4. A Contratante, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, **sem ônus para a Prefeitura Municipal de Macaúbas**, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como na proposta vencedora.

14.5. O Fiscal Técnico apresentará ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade do cumprimento deste instrumento.

14.6. Em hipótese alguma, será admitido que o próprio Contratado materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação e realização do objeto contratado.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, conforme disposto no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

14.8. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

14.9. A conformidade da execução do objeto deverá ser verificada juntamente com a proposta do Contratado que contenha a relação detalhada do mesmo, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca e qualidade.

14.10. O Fiscal Técnico anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Contrato e seus anexos.

15.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

15.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

15.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21.

15.6. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica.

15.7. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecido no presente Contrato.

15.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

15.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

15.9.1. a Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

15.9.2. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

15.10. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

15.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do Contratado.

15.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

16.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990.

16.3. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

16.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

16.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos.

16.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

16.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

16.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

16.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

16.7.4. Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

16.7.5. Certidão de Regularidade do FGTS;

16.7.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato.

16.9. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

16.10. Tomar todas as providências necessárias à fiel entrega dos bens, objeto do Contrato.

16.11. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

16.12. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.13. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, de acordo com o art. 116, da Lei nº 14.133/2021.

16.13.1. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

16.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

16.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

16.16. Promover a execução do objeto do Contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

16.17. Repassar aos fiscais do contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle do Contratado.

16.18. Apresentar a Contratante, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução do objeto do Contrato.

16.19. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da Contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados.

16.20. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da Contratante, inclusive por danos causados a terceiros.

16.21. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, nos termos das legislações em vigor.

16.22. Abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante durante a vigência do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

17.1.1. der causa à inexecução parcial do Contrato;

17.1.2. der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. der causa à inexecução total do Contrato;

17.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

17.1.6. praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

17.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme o art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/21;

17.2.2. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos tópicos “17.1.2.”, “17.1.3.” e “17.1.4.” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS**

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme o art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21.

17.2.3. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos tópicos “17.1.5.”, “17.1.6.”, “17.1.7.” e “17.1.8.” do subitem acima deste instrumento, bem como nos tópicos “17.1.2.”, “17.1.3.” e “17.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme o art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/21.

17.2.4. multa:

17.2.4.1. a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na tabela abaixo:

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	1%
2	2	2%
3	3	3%
4	4	4%
5	5	5%
6	6	6%

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Fraudar qualquer documentação que deverá ser entregue à CONTRATADA para posterior pagamento da nota fiscal.	6	Por ocorrência
2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
3	Recusar-se a executar determinações da FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
4	Executar os serviços conforme estabelecido pela Contratante.	4	Por ocorrência
5	Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas, devendo comunicar a Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.	5	Por ocorrência
4	Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência.	2	Por ocorrência
5	Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.	2	Por ocorrência
6	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do Contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
8	Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021.	3	Por item e por ocorrência

17.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante.

17.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

17.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.9.4. os danos que dela provierem para a Contratante;

17.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidas aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.12. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação da forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, quando for o caso.

17.15. A autoridade competente para aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do Contratado infrator, o caráter educativo da sanção, bem como o dano causado a Contratante, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

17.15.1. a aplicação das sanções administrativas previstas neste item não afasta a responsabilidade do Contratado nas esferas civil e criminal.

17.16. Quando o Contratado alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente, em infrações previstas, restará configurado também a inexecução total do objeto.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. Este instrumento pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.1.1. nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

18.1.1.1. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato;

18.1.1.2. se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.2.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.2.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

18.2.3. indenizações e multas.

18.3. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de Termo Indenizatório.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do Contratado com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, às partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

21.3. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a Contratante e o Contratado, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

21.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a Contratante, para a execução do objeto deste Termo de Contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes do Contratado, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

21.5. O Contratado declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante.

21.6. O Contratado fica obrigado a comunicar a Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

21.7. A comunicação não exime o Contratado das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

21.8. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS

Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1º Andar - CEP: 46.500-000

Macaúbas - Bahia - Fone (77) 3473-1461

CNPJ: 13.782.461/0001-05

1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e normas e princípios gerais dos contratos.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FORO

24.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Macaúbas - Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, e alterações, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

25.2. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios que norteiam as compras públicas conforme o artigo 5º da Lei nº 14.133/21, torna-se necessário que o Contratado observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da presente contratação, contida nas legislações correlatas.

25.3. Dúvidas acerca das disposições contidas neste Contrato poderão ser esclarecidas na Superintendência Municipal de Licitação e Contratos Administrativos, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Macaúbas, Rua Dr.º Vital Soares, nº 268, 1º andar, Centro, além do intermédio pelo correio eletrônico, e-mail: licitacao@macaubas.ba.gov.br ou pelo telefone (77) 9 8105-8098, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12h00.

25.4. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, regularmente publicado, dispensando testemunhas e registro em cartório, tendo em vista que todo ato administrativo, traz em si a presunção de legitimidade e vale contra terceiros desde a publicação.

Macaúbas - Bahia, de de

NOME DO ORDENADOR(A) DE DESPESA

Secretário(a) Municipal de

Decreto Municipal nº

Contratante

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRATADO

Nome da Empresa

Contratado